Conexão G
Grupo LGBT nas favelas

1º DOSSIÊ ANUAL DO OBSERVATÓRIO
DE VIOLÊNCIAS LGBTI+ EM FAVELAS

Violação dos direitos e episódios de violência contra pessoas LGBTI+ de favelas

2023

SEGURANÇA PÚBLICA; EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE; MORADIA; SAÚDE.

PARCERIA

APOIO

CFLI/FCIL
Fundo Canadá para Iniciativas Locais

Raça & Igualdade

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

Lista de Ilustrações

Gráficos

Gráfico 1: Orientação sexual 23
Gráfico 2: Identidade de gênero 23
Gráfico 3: Intersexo 24
Gráfico 4: Raça 24
Gráfico 5: Idade 25
Gráfico 6: Estado de origem 26
Gráfico 7: Deficiência 26
Gráfico 8: Invasão de moradia 32
Gráfico 9: Abordagem policial 33
Gráfico 10: Ameaça durante abordagem policial 34
Gráfico 11: Perfil das moradias 45
Gráfico 12: Serviços disponíveis 46
Gráfico 13: Coleta de lixo 47
Gráfico 14: Frequência ao ano de idas ao médico 50
Gráfico 15: Distribuição de medicamentos nos postos médicos 50
Gráfico 16: Por quais motivos não frequenta o posto de saúde? 51

Sumário

EXPERIENTE 3

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO 5

2. PREÂMBULO 6

3. PROCESSOS METODOLÓGICOS 12

4. RIO DE JANEIRO E OS TERRITÓRIOS DE FAVELA 16

4.1 População LGBTI+ nos territórios de favela 19

5. PERFIL DOS PARTICIPANTES 22

6. SEGURANÇA PÚBLICA 27

6.1 Impacto da Segurança Pública nas experiências LGBTI+ nas favelas 31

7. EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE 35

7.1 Panorama sobre processos de escolarização da população LGBTI+ de favelas 37

7. 2 Empregabilidade e Renda 39

8. MORADIA 43

8.1 Condições de habitação e Saneamento Básico 44

9. SAÚDE 48

10. CONCLUSÃO 55

11. RECOMENDAÇÕES 56

12. RELATOS DOS PESQUISADORES COMUNITÁRIOS 61

13. REFERÊNCIAS 69

Grupo Conexão G de Cidadania LGBT de Favelas

Rua Sargento Silva Nunes, 1012, Nova Holanda,
Complexo da Maré, Rio de Janeiro/RJ, Brasil
projetos@grupoconexaog.org

Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas

Diretora Executiva
Gilmara Santos da Cunha

Coordenadora Quarta Fase (Atual)
Antonia Tamires Souza Ribeiro

Assistente de Coordenação
Fernanda Telles

Assistente de Coordenação
Yuri Candido Cantizano dos Santos

Coordenadora Primeira Fase (2021-2022)
Mariah Rafaela Silva

Coordenador Segunda Fase (2022)
Lucas de Souza Oliveira

Coordenadora Terceira Fase (2022)
Marina Afonso Siqueira

Pesquisador Visitante (University of Manchester)
Luan Carpes Barros Cassal

Pesquisador
Emanuel Victor de Almeida R. Nogueira

Pesquisador
Vinicius Lorran Oliveira Silva

Pesquisadora
Emily Sales da Cruz

Articuladora
Larissa Soares

Pesquisadores Comunitários
Agatha Christie dos Anjos de Oliveira
Aurora Enibê Dias Iglezias Castanheira
Danielle Amorim Rodrigues
Elaiô Vavío Januário Verly
Henrique Eduardo Silva Lopes
Kley Hudson
Lör Macedo Rabello de Mendonça
Rafaelly Angel Fernandes Alexandrino
Ruany Jenner de Oliveira
Sabrina da Silva Teixeira
Theuse Luz d'Pavuna
Wanessa de Souza Simões da Silva
Yuri Candido Cantizano
Zuri Moura dos Santos

Eixo: Segurança Pública

Vinicius Lorran Oliveira Silva

Vinícius Lorran é Publicitário formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Mestrando em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da UERJ e pesquisador integrante do coletivo CorpoCidade. Já atuou como pesquisador no Observatório de Violências LGBT+ no Grupo Conexão G, onde atualmente ocupa a posição de Mobilizador de Recursos.

Eixo: Moradia

Antonia Tamires Souza Ribeiro

Tamires Ribeiro, graduanda do curso de Psicologia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Por dois anos atuou como estagiária do Centro de Cidadania da Maré e atualmente ocupa as posições de coordenação do projeto Observatório de Violências LGBTI+ e como mobilizadora de recursos do Grupo Conexão G.

Eixo: Educação e Empregabilidade

Emanuel Victor de Almeida Rodrigues Nogueira

Emanuel de Almeida é graduando do curso de História da Arte na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou em 2021 sua atuação no Grupo Conexão G como assistente de pesquisa do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas e coordenou, ao longo de 2022, o Programa de Proteção à Vida e Autocuidado (PPVA). Atualmente, integra a equipe de Captação e Mobilização de Recursos.

Eixo: Saúde

Yuri Candido Cantizano dos Santos

Yuri Cantizano, homem trans, estudante de Enfermagem, graduando em Pintura na Universidade Federal do Rio de Janeiro, assistente de coordenação do Observatório de Violências LGBTI+ em favelas do Conexão G.

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO

Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas é um projeto de pesquisa e intervenção social que visa produzir e analisar dados acerca de episódios de violência e violações de direitos contra pessoas LGBTI+ vivendo em favelas. A partir das metodologias do projeto, idealizado desde meados de 2021 e em funcionamento entre 2022 e 2023, temos sido capazes de construir juntamente à população LGBTI+ de favelas no Rio de Janeiro dados acerca de questões que concernem aos eixos de Segurança Pública, Saúde, Educação e Empregabilidade, Cultura, Moradia, entre outros.

A partir da escassez de políticas públicas voltadas especificamente para as populações LGBTI+ das favelas do Rio de Janeiro, desenvolver o Observatório de Violências LGBTI+ nos aparece como compromisso e como estratégia para mitigar os processos de violação de direitos contra esses grupos. Sob o argumento de que não existem evidências concretas acerca de tais violações, o poder público tem se ausentado de sua responsabilidade na garantia dos direitos fundamentais das pessoas de favelas no Rio de Janeiro, em especial no que diz respeito às pessoas LGBTI+ e negras. Contrariamente, são os próprios mecanismos do Estado a propagar uma série de abordagens violentas, invasões domiciliares por vezes criminosas e numerosos episódios de outras naturezas. Assim, o Observatório tem o objetivo de atuar na lacuna deixada pelas abstenções do poder público, construindo dados, estratégias de resistência e propostas de políticas públicas no contato direto com o público-alvo residente nestes territórios.

2. PREÂMBULO

Em março de 2006, um grupo de jovens negros LGBTI+[1] se reuniu no Complexo da Maré com uma importante decisão: lutar contra a LGBTIfobia e promover os direitos humanos de pessoas travestis, transexuais, gays, lésbicas, bissexuais e intersexo[2]. Desde então, a trajetória desse coletivo é caracterizada pelo interesse em comum de trabalhar para acabar com preconceitos vividos por este grupo de pessoas, de forma integrada, abrangente, e tendo como foco a cidadania, segurança, empregabilidade, educação, saúde, cultura e moradia desta que é uma das populações mais vulnerabilizadas no Brasil, em razão do racismo e da LGBTIfobia estruturais.

No momento atual, visando compreender de forma mais precisa os efeitos dessas dinâmicas estruturais de exclusão social que afetam esses grupos específicos, desenvolvemos o Observatório de Violência LGBTI+ em Favelas. Esse projeto consiste em uma plataforma que tem como objetivo mapear e diagnosticar as violências e as violações de direitos enfrentadas pelas pessoas LGBTI+ que residem em favelas e áreas periféricas do Rio de Janeiro.

Essa plataforma surge devido à falta de produção de dados por parte do governo brasileiro em relação às informações e políticas públicas que visam garantir os direitos, a inclusão e a cidadania das pessoas LGBTI+ que residem nas favelas do país. Por esse motivo, o Observatório de Violência foi criado com o propósito não somente na produção de dados, mas de acompanhar diferentes acordos aos quais o Brasil se comprometeu a cumprir no que toca aos direitos humanos, tais como:

1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações

[1] A sigla LGBTI+ se refere a lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexo e o "+" representando outras identidades não-cisheterossexuais que não estão representadas na sigla.

[2] Em alguns contextos analíticos, o termo pessoas trans vai surgir para poder se referir a modos de expressão de gênero e de sexualidade que não se encaixam nem somente no aspecto da travestilidade, nem somente da transexualidade, mas que estão aí implicados.

Unidas em 1948, estabelece os direitos e liberdades fundamentais a que todo indivíduo tem direito. É um marco na história dos direitos humanos, servindo como documento orientador para nações de todo o mundo. Desta forma, realçamos os artigos 2º, 3º, 5º, 6º, 7º, 9º, 12, 13, 25, 26 e 27 para nos dar insumo sobre as experiências LGBTI+ nas favelas do Rio de Janeiro, onde diariamente e de maneira sistemática, essa população é violentada pelo Estado através da abordagem que categoriza esta população ao seu lugar social, dificultando inúmeras vezes o acesso aos direitos que deveriam ser garantidos pela constituição brasileira, como educação, moradia, trabalho, saúde e segurança. Visto isto, podemos evidenciar mais uma vez a necessidade acerca do direito à cidadania de que todas as pessoas têm direito a igual proteção contra qualquer forma de discriminação, bem como consciência e religião, participar dos assuntos políticos e sociais do seu país, incluindo a proteção da vida, uma vez que todo indivíduo tem direito à vida e livre de ameaças à sua existência.

2. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966);

Destacamos os artigos 6º, 9º, 12, 14, 16, 17, 25 e 26.

O direito à vida é um atributo inalienável da pessoa humana e, portanto, deve ser o pilar dos direitos civis de todas as pessoas. Infelizmente, o Brasil lidera a estatística mundial de mortes da população LGBTI+, o que evidencia a estreita relação entre o direito à vida e outros direitos fundamentais, como participação social, não discriminação e proibição de tratamentos degradantes.

O cenário posto hoje nas favelas para a população LGBTI+, especialmente quando considerados sujeitos racializados, é de ausência generalizada de garantia de direitos. Falha o Estado em promover cidadania e dignidade. Presente apenas com seu braço armado através de operações policiais, a violência que atravessa o território impacta não só na segurança e bem-estar dos moradores, como também no acesso à educação, saúde e trabalho e na inviolabilidade da moradia[3]. Enquanto no asfalto a luta da

[3] E, não por coincidência, essas operações foram a razão de interrupções ou adiamentos de atividades do projeto ao longo do ano de 2022.

população LGBTI+ tem sido pautada por avanço de direitos civis como adoção e casamento com reconhecimento da ampliação do conceito de família, nos territórios de favela a luta ainda é pela vida e pelo acesso a direitos humanos básicos.

3. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica, 1969);**

Destacamos os artigos 3º, 4º, 5º, 7º, 11, 18, 22 e 24.

Ao estabelecer direitos fundamentais do homem, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos obriga os Estados-partes a se comprometerem com a garantia à vida, à livre circulação, à moradia, não discriminação, o direito à dignidade e avança, no conteúdo do artigo 18, ao dispor, ainda que de maneira genérica, sobre o direito ao nome.

A garantia de tal direito, ainda hoje, representa uma das maiores barreiras para inclusão social de pessoas travestis e transexuais no Brasil, sobretudo se considerarmos as assimetrias estruturais que constituem essa nação no que tange à territorialidade, infraestrutura, raça, gênero e classe.

4. **Os Princípios de Yogyakarta (2006, 2017);**

Destacamos os princípios 1º, 2º, 14, 15, 16 e 17.

Ao versar sobre os direitos específicos das pessoas LGBTI+, os princípios de Yogyakarta recomendam aos Estados signatários a garantia de direito ao trabalho, ao sustento digno, à habitação adequada, à educação e à saúde.

5. **Opinião consultiva nº 24 (2017) da Corte Interamericana de Direitos Humanos;**

O documento versa sobre a identidade de gênero, igualdade e a não discriminação de casais do mesmo sexo. A CIDH, através da Opinião Consultiva nº 24, além de estabelecer conceitos gerais sobre orientação sexual e identidade de gênero, como uma normativa para os Estados, define que a

igualdade é inseparável da dignidade essencial da pessoa, devendo os Estados se absterem de criar ações que produzam situações de discriminação de fato (artigo 1º da Conveção Americana de Direitos Humanos) ou de direito (artigo 24 da CADH). Desta forma, os Estados americanos estão obrigados a adotar medidas positivas para reverter as situações discriminatórias existentes em suas sociedades, em prejuízo das pessoas LGBTI+.

6. Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (CERD, 1969);

Em seus artigos II, 1 a; V, a, b, e; e VII, estabelece a obrigatoriedade do Estado de: adotar uma política de eliminação da discriminação, se comprometendo a não efetuar ações de discriminação racial e a assegurar que nenhuma autoridade pública também o faça; garantir igualdade de direitos, reforçando direitos como segurança e proteção contra violências por funcionários do governo, direito ao trabalho e condições dignas, direito à habitação, direito à saúde pública e direito à educação e à formação profissional.

7. Convenção Interamericana contra Toda forma de Discriminação e Intolerância (2013)[4];

Capítulo II da Convenção identifica os direitos protegidos, tendo em conta as formas individuais e colectivas de discriminação e intolerância. Além disso, no capítulo IV, estabelece os mecanismos de monitoramento da convenção que devem ser adotados pelo Estado. No entanto, o Brasil ainda não ratificou a convenção dado o agravamento da violência no país criando novos desafios para os interesses políticos com um congresso cada vez mais conservador e não laico.

[4] A Convenção foi assinada por alguns países, dentre eles o Brasil, mas, por não ter atingido o número mínimo de adesões, ainda não se encontra em vigor.

8. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher (CEDAW, 1979);**

Como parte dos esforços para eliminar as discriminações de gênero, a CEDAW é uma importante ferramenta para combater as assimetrias entre homens e mulheres. Embora não seja específica para pessoas LGBTI+, a CEDAW estabelece um conjunto de medidas de recomendação aos Estados para combater e mitigar a violência contra todas as mulheres e, com isso, mulheres lésbicas, bissexuais e mulheres trans.

Por fim, cabe destacar, no cenário nacional, a **Constituição Federal**, especialmente no que se refere aos artigos 5º e 6º. Estratégias jurídicas de tentativa de atenuação desse cenário de violações vêm sendo realizadas - por meio de incidência e luta da sociedade civil, vale ressaltar - como é o exemplo da ADPF 635, conhecida como **ADFP** das Favelas, que possui decisão no sentido de proibir ou reduzir os impactos das operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia da COVID-19. Como foi demonstrado neste documento, especialmente na seção Segurança pública, entretanto, essa decisão vem sendo reiteradamente desconsiderada e descumprida.

A violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil é atravessada por dinâmicas de raça e classe fazendo com que esse cenário atravesse os corpos e experiências de sujeitos LGBTI+ de favela de maneira particular, sendo portanto objeto central deste relatório, não apenas por violar os direitos estabelecidos em importantes convenções, tratados e acordos internacionais, mas principalmente por constituírem graves barreiras para a existência das pessoas LGBTI+ que vivem favelas e periferias.

Frente a intersecção entre LGBTIfobia, raça, classe e território, nossa intenção é trazer para o debate social os impactos que esse tipo de violência produz nas experiências destes sujeitos, bem como promover visibilidade para os modos de violação particular que essas pessoas enfrentam nestes territórios. Além disso, produzir incidência política a nível nacional e internacional com vistas a denunciar nas mais variadas esferas do debate cívico a omissão, o descaso e a precarização do Estado Brasileiro com os corpos e subjetividades LGBTI+ em favelas.

A partir da reunião destes dados e denúncias, objetivamos, por fim, a construção e promoção de políticas públicas e estratégias de proteção à vida e o respeito à diversidade, além da conscientização sobre os direitos das pessoas LGBTI+ nos territórios de favelas em todo país.

3. PROCESSOS METODOLÓGICOS

O Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas optou por adotar diferentes abordagens metodológicas para produção e análise dos dados aqui apresentados, entendendo que as abordagens quantitativa e qualitativa são complementares e fundamentais para que possamos nos debruçar sobre as experiências particulares das pessoas LGBTI+ participantes da pesquisa. Não se trata, portanto, de uma realidade bruta e passível de ser apropriada e evidenciada por pessoas pesquisadoras, mas de uma série de dinâmicas relacionais que constituem tal realidade sobre a qual intervimos por meio das práticas da pesquisa e em conjunto com as pessoas participantes. Em outras palavras, os dados e narrativas aqui apresentados são resultado de implicação individual e coletiva no campo, e só podem vir a existir em sua complexidade e profundidade por compreendermos que a pesquisa se faz em cada momento nos territórios e em cada compartilhamento com as pessoas respondentes, sem as quais tais esforços não poderiam culminar em resultados da mesma potência.

Evidentemente, este protagonismo não pode assumir a forma de menção direta a cada uma das participações, tendo em vista que a pesquisa passa por eixos temáticos e questões que, em diversos casos, fizeram revolver memórias de episódios de violência e experiências traumáticas, sendo parte do compromisso ético que dá sentido ao Observatório de Violências manter os participantes em anonimato. No entanto, argumentamos sobre o protagonismo dos respondentes e participantes dos grupos focais e entrevistas com o objetivo de reafirmar os territórios de favela como forças pulsantes e produtoras de conhecimento, política, estratégias de organização e subsistência e, sobretudo, modos de vida, a despeito do abandono do Estado e da ausência de políticas públicas específicas.

Assim, a pesquisa empreendida pelo projeto tem sido realizada a partir de três principais ferramentas: (1) Aplicação de um formulário desenvolvido para a pesquisa – por meio de encontros individuais agendados com os

participantes ou de ações em grupos de pessoas[5]; (2) Grupos focais – nos quais são discutidos temas e questões de maior especificidade, sobre as quais entendemos ser necessário o aprofundamento; e, finalmente, (3) Entrevistas estruturadas - realizadas individualmente e pensadas de maneira a abordar questões de ainda maior especificidade, que poderiam ser delicadas para ser tratadas coletivamente. Entendemos que nossas ferramentas mantêm entre si alguma relação de causalidade, sendo as entrevistas estruturadas derivadas de questões abordadas nos grupos focais e os grupos focais derivados de questões percebidas como de maior relevância nas aplicações dos formulários.

No que diz respeito às aplicações dos formulários, estas foram iniciadas em janeiro de 2022 e concluídas, para fins desta análise, em outubro de 2023, totalizando 22 meses de aplicação. Foram 111 formulários aplicados em 2022 e 1.594 aplicações ao longo de 2023, sendo assim 1.705 o total de participações de respondentes do formulário a compor o conjunto das amostragens que aqui analisadas. O número significativamente maior de respondentes ao longo do ano de 2023 deve-se a uma importante reconfiguração na metodologia de aplicação do formulário. A equipe de pesquisadores assistentes do Observatório de Violências ao longo de 2022 foi composta por colaboradores do Grupo Conexão G que atuavam em múltiplos projetos e setores da organização, enquanto a equipe de 2023 foi composta, pela maior parte do ano, por pesquisadores comunitários de diferentes territórios de favela do Rio de Janeiro.

Foram 14 os pesquisadores integrados ao projeto em 2023 (10 mulheres trans ou travestis, 3 homens trans ou transmasculinos e uma pessoa não-binária), possuindo diferentes graus de escolaridade e vindo de de diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro, sem necessariamente terem tido experiência prévia com projetos de pesquisa. 8 dos integrantes da equipe de pesquisadores comunitários identificam-se como pessoas negras e a faixa de idade do grupo se estende dos 20 aos 42 anos.

[5] Outros projetos do Grupo Conexão G foram importantes para viabilizar a aplicação de formulários em grupos, como o projeto Afirmando Vozes e Identidades (AVI), o Programa de Proteção à Vida e Autocuidado (PPVA) e a Escola de Formação Crítica Majorie Marchi (EFCMM). A dinâmica de aplicação de formulários com os participantes desses outros projetos se coaduna com a atuação abrangente e integrada que são princípios da Instituição.

A integração dos pesquisadores comunitários – capacitados após seleção em oficinas de pesquisa cartográfica, aplicação do formulário e escrita de relatórios – foi fundamental para ambos aspectos quantitativos e qualitativos da pesquisa. Do ponto de vista quantitativo, sua atuação ampliou em muito o número de respostas do formulário, assim como o alcance e abrangência territorial do projeto. Já do ponto de vista qualitativo, seus conhecimentos e experiências diversas contribuíram profundamente para o complexificação de debates, bem como para a sensibilização e proposição de diferentes abordagens.

O formulário de pesquisa conta com um total de 128 questões, distribuídas em 11 eixos com objetivo de traçar o perfil individual dos e das respondentes, diagnosticar aspectos da dimensão material e enunciar alguns dos efeitos subjetivos das violências a que essas pessoas são submetidas. Assim, respectivamente, as sessões se dividem em: Sobre você; Sobre seu grupo social; Moradia; Trabalho; Educação; Saúde; Violências; Violência policial; Religiões e crenças; Internet; e Cultura. A sessão "Perfil geral das pessoas entrevistadas" é dedicada à análise de perfil sociodemográfico geral das respondentes.

Para o presente relatório, optamos por desdobrar as análises acerca dos eixos que seguem: Segurança pública; Educação e empregabilidade; Moradia; Saúde. Foram esses os temas que se destacaram durante nossas ações e que foram apontados como centrais para as populações LGBTI+ das favelas em que trabalhamos, além de ter sido feita uma escolha estratégica no que tange às possibilidade concretas de incidência política frente ao poder público. O texto do relatório está organizado em capítulos a partir dos eixos mencionados, e em cada um dos capítulos foi feita uma breve contextualização sobre o tema, para posterior análise dos dados que mais nos chamaram atenção, acionando as contribuições dos grupos focais para complementação desta análise.

É importante que destaquemos que, embora as aplicações de 2022 e 2023 estejam sendo consideradas para as análises quantitativas do presente dossiê, estão sendo considerados somente os grupos focais realizados ao longo de 2023, tendo em vista que as atividades de 2022 culminaram em três

documentos/ produtos não publicizados da pesquisa, sendo esses: Informe de Segurança Pública, Boletim de Saúde e Relatório sobre as violações de direitos humanos contra pessoas LGBTI+ em favelas do Rio de Janeiro.

Assim, o material aqui analisado e exposto diz respeito ao total de formulários aplicados pelo projeto e aos 4 grupos focais[6] realizados ao longo de 2023. Embora as entrevistas estruturadas componham nossa tríade metodológica e tenhamos realizado pelo menos três com gestores públicos e ativistas para desenhar o mapa das informações contidas nos documentos produzidos em 2022, para a tessitura do presente documento não foram realizadas entrevistas individuais.

Com relação a nossas escolhas narrativo-metodológicas, é importante indicar que a pergunta do formulário sobre autodeclaração étnica possuía "parda" e "preta" como possibilidades de resposta, mas que para a análise dos dados essas pessoas foram reagrupadas sob a categoria de raça/cor "negra". Ademais, quando mencionamos "pessoas racializadas" estamos nos referindo a pessoas cuja identificação étnico racial foi assinalada como negra, parda, indígena ou amarela.

[6] **10/08** - grupo focal realizado com mulheres trans e travestis; **23/08** - realizado com homens trans e transmasculinos; **04/10** - realizado com pessoas cis LGB; **07/11** - realizado com homens trans e transmasculinos. Os grupos não seguiram eixos temáticos do formulário em específico, mas se propuseram a iniciar conversas sobre os eixos analisados no presente documento.

4. RIO DE JANEIRO E OS TERRITÓRIOS DE FAVELA

A cidade do Rio de Janeiro, constituída em um imaginário social a partir de processos de gentrificação que almejavam tornar essa parte do país uma extensão de grandes cidades européias, com riquezas naturais, cenários tropicais exuberantes, uma diversidade de expressões culturais e religiosas, como o carnaval e as rodas de samba, se estabeleceu em cenário paradisíaco de referência internacional pela geografia montanhosa e praias famosas, que fazem com que os prédios e monumentos se confundam na construção de uma cidade de visual único. No entanto, partindo de uma outra, mas não somente, lógica de construção visual da cidade por tal imaginário, encontramos as favelas, que compõem a paisagem da cidade mas, diferente dos ponto turísticos aclamados, são lidas a partir de uma outra perspectiva social, resultante de um projeto que reduz as favelas aos estereótipos da violência e do tráfico, sem considerar estes territórios como organismos pulsantes no corpo da cidade, que se retroalimenta em todos os sentidos.

O impasse do Estado em pensar políticas para estes territórios, bem como a precarização de serviços nestes locais fez com que as favelas buscassem estratégias próprias de sobrevivência e subsistência, tornando estes territórios, por vezes, independentes de outras geografias da cidade. Atividades culturais, comércios, aparelhos de saúde e educação são experienciados nos territórios, dispondo assim os moradores sem, necessariamente, depender de um deslocamento conturbado pela cidade para buscar qualquer necessidade, sendo assim, compreendemos a dinâmica como sendo única no tecido social. Anterior ao que hoje é característico do Rio de Janeiro, é importante retornarmos para o fim do século XIX e início do século XX na cidade para que consigamos perceber o processo de urbanização[7] e, como consequência, o surgimento das favelas e o início de construção do

[7] Acerca dos processos de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, ver: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23>.

imaginário social em razão das habitações populares, a partir de uma perspectiva que considere as dinâmicas sociais de raça e classe.

Neste período entre 1808 e 1900 havia os cortiços localizados no centro, pertencendo assim ao cenário da então Capital do Brasil. Os cortiços eram habitações populares que comportavam migrantes e sobretudo pessoas que já haviam sido escravizadas. As moradias, segundo Mori (2019, p.21), eram vistas pela burguesia como locais insalubres, responsáveis pela proliferação de doenças e lugar das pessoas vistas como a escória da sociedade. Pereira Passos, então prefeito do Rio de Janeiro, influenciado pelas obras europeias, iniciou seu projeto de higienização da cidade com a demolição do principal cortiço da cidade, o Cabeça de Porco (OLIVEIRA, 2019, p. 2283). Com isso, a população expulsa de suas casas seguiu para morros próximos, sendo o primeiro a ser ocupado o morro da Providência, dando início às infraestruturas que hoje chamamos de favelas.

As favelas são aglomerados urbanos informais que surgiram como resultado do crescimento rápido e desordenado do Rio de Janeiro. De modo geral, elas são caracterizadas por construções irregulares, falta de infraestrutura básica e acesso limitado a serviços básicos, como escolas, postos e centros de saúde, redes de energia, internet e saneamento básico. Ao longo dos anos, o crescimento das favelas no Rio de Janeiro tem sido uma questão significativa, visto que o nível de crescimento ainda é considerável (MELLO *et al*, 2019). A falta de políticas habitacionais eficazes, segundo Marques (2021) devido à urbanização acelerada, têm levado ao surgimento de um processo gradual de favelização[8]. Essas comunidades representam desafios sociais e econômicos para o Estado.

Trazer o contexto histórico para a presente escrita é importante, pois nos faz retornar à reflexão acerca do processo de higienização que decorre até os dias de hoje, uma vez que os locais em destaque continuam com as mesmas problemáticas do início do século XX. Os moradores das habitações

[8] Favelização é um fenômeno urbano caracterizado pelo surgimento de novas favelas e a expansão daquelas já existentes.

enfrentam diversas limitações no que diz respeito ao âmbito político, econômico e social. Segundo o censo lançado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[9], só na cidade do Rio de Janeiro podemos encontrar 763 favelas, quando nos referimos ao estado contabilizamos 1.332, abrigando assim 22% da população. Com isso, tornando o estado do Rio de Janeiro o local com maior número com 1.393.314 habitantes.

Assim, na configuração atual, a cidade e as favelas ocupam o mesmo espaço, no entanto, as realidades que constituem cada espaço são opostas. Enquanto, de um lado, a cidade do Rio de Janeiro se ocupa em manter áreas de lazer e segurança, especialmente quando são pontos-chave que sustentam a economia da cidade, por outro as favelas permanecem na falta de segurança e políticas públicas que reduzam a desigualdade econômica, social e territorial. O empobrecimento, a falta de oportunidades de emprego e a educação precária são desafios adicionais que afetam significativamente a qualidade de vida nas favelas. Há também uma das problemáticas principais que são as instalações do narcotráfico nestas regiões, que de forma indireta, afetam a qualidade de vida dos moradores.

A segurança pública nas favelas é um tema que está diretamente relacionado às questões de raça e classe. A população negra e de baixa renda são as mais impactadas pela violência e pela ausência de políticas do Estado. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)[10], lançado em 2011, as favelas são majoritariamente habitadas pela população negra, com pelo menos 66%. Tal dado torna ainda mais explícitas as discriminações e violações enfrentadas por esta parcela da população, assim como as maiores dificuldades de acesso a serviços públicos de qualidade. É fundamental abordar a segurança pública como foco de qualquer crítica social, ainda mais quando a mesma é constituída por bases fortes no que toca ao racismo estrutural, que tem como papel consolidar as diversas dinâmicas estabelecidas

[9] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Site disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/23/25359>.
[10] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Site disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/23/25359>.

pelo Brasil, inclusive, na cidade do Rio de Janeiro, consequência de um processo colonial que dura até os dias atuais.

4.1 - POPULAÇÃO LGBTI+ NOS TERRITÓRIOS DE FAVELA

Ao visualizar essas dinâmicas históricas de gentrificação e segregação da população empobrecida e racializada para as margens da cidade do Rio de Janeiro, há mais de 17 anos o Grupo Conexão G vem desenvolvendo um trabalho que objetiva mitigar as violências e violações contra a população LGBT+ que acometem as favelas do estado. Sabe-se que a história do surgimento das favelas se deu a partir de uma perspectiva de higienização, cabe-se notar que as favelas são, aos olhos do Estado, o lugar onde se encontra tudo aquilo que não se deseja ser visto à luz do dia em uma cidade como o Rio de Janeiro. Historicamente lutando pela (r)existência, por toda a cidade, a população LGBT+ se depara cotidianamente com obstáculos e exclusões que outras parcelas dessa população, fora das favelas, se quer imaginam constituir parte da realidade de seu próprio grupo.

As ações de segurança pública deflagradas pelo estado acometem a população favelada sistematicamente, além de ser responsável pela manutenção de estratégias de necropolítica da juventude negra favelada. Distorcida por um discurso de combate ao narcotráfico, o governo do Estado do Rio de Janeiro é responsável pelo aumento de operações policiais nas favelas a partir do investimento massivo na pauta de Segurança Pública que, de acordo com o orçamento público de 2024 enviado à Comissão Permanente de Orçamento e Finanças pelo governador Cláudio Castro (PL), e analisado no Dossiê Orçamentário[11] da Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR), terá no próximo ano o investimento de 15,8% do total do orçamento público, equivalente a R$ 17,8 bilhões de reais.

[11] Dossiê 'De Olho na Alerj'. Disponível em: <https://dmjracial.com/2023/10/26/lancamento-dossie-orcamentario-de-olho-na-alerj-2/>.

Não há modos de pensar as urgências da população LGBTI+ favelada sem considerarmos o cenário de segurança pública, uma vez que estes processos de militarização da vida são responsáveis pela morte da juventude favelada, pela precarização de serviços básicos de acesso à cidadania, de políticas de gentrificação da cidade que acaba por distanciar a população racializada e empobrecida dos grandes centros onde se encontram aparelhos culturais, grandes possibilidades de comércio, aparelhos de saúde, educação e cidadania no geral que findam por fragilizar quaisquer perspectivas de vida pulsantes nestes territórios.

A brutalidade policial que assola as favelas atinge de maneira desproporcional a população LGBTI+, exacerbando a vulnerabilidade desses indivíduos. Em um ambiente onde a LGBTfobia e a transfobia já são uma ameaça constante, a atuação policial frequentemente se torna mais um fator de medo e opressão, que não apenas viola direitos humanos básicos, mas também mina qualquer pretensão de justiça social. A necropolítica, como conceito desenvolvido por Achille Mbembe[12], descreve o poder estatal que decide quem deve viver e quem deve morrer. Nas favelas, a aplicação desse poder muitas vezes recai pesadamente sobre os ombros da comunidade LGBTI+, que sofre com uma taxa alarmante de homicídios e agressões. Isso não é apenas resultado de uma polícia militarizada, mas também de políticas públicas negligentes que perpetuam a marginalização e o empobrecimento de quem vive nestes territórios. Enquanto a igualdade e a justiça não forem prioridades na política brasileira, essas vidas continuarão a ser sacrificadas em prol de um sistema que ignora sistematicamente as necessidades e os direitos da população LGBTI+ favelada.

O presente documento trará um panorama de 1 ano de trabalho intenso em coleta de dados acerca das experiências LGBTI+ faveladas. Trata-se como se constroem e se perpetuam modos de precarização da vida, da negligência de políticas, dos preconceitos e racismos estruturantes, da falta de acesso a

[12] MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

direitos básicos e da violação dos mesmos. Percorremos as linhas de força que conduzem as existências para a marginalização territorial e para a mira das estratégias micropolíticas exercidas pela Segurança pública, esse como fio norteador, se pensar em estratégias de mitigação das violências dessas vidas. Trazemos como proposta levar ao leitor uma perspectiva das favelas distante da espetacularização midiática, mas como territórios pulsantes de vida, de arte de cultura histórica e sistematicamente escondidas e silenciadas sob a mão armada do Estado.

5. PERFIL DOS PARTICIPANTES

Para a elaboração do presente documento, foram consideradas 1.705 respostas de pessoas LGBTI+ moradoras de favelas no estado do Rio de Janeiro. Este tópico tem por objetivo trazer à luz números e porcentagens concretos acerca do perfil de pessoas respondentes do formulário de pesquisa do Observatório de Violências LGBTI+, e pode ser consultado a qualquer momento durante a leitura dos eixos de análise.

O Observatório de Violências, executado pelo Grupo Conexão G de Cidadania LGBTI+ de Favelas, trabalhou incessantemente na ampliação de territórios de aplicação do formulário, como modo de trazer um panorama mais extenso acerca das experiências LGBTI+ de favelas do Rio de Janeiro, para além do complexo da Maré onde o Conexão G possui uma incidência mais intensa. Dessa maneira, da-se a ver a seguinte distribuição geográfica das pessoas respondentes:

> Maré (35,37%); Cidade de Deus (18,01%); Madureira (4,57%); Rocinha (4,40%); Alemão (3,99%); Vila Sapê (2,93%); Vila Cruzeiro (2,76%); Serrinha (2,64%); Palmares (2,52%); Gardêna Azul (1,35%); Cajueiro (0,99%); Morro do Fubá (0,82%); Manguinhos (0,58%); Cidade Alta (0,41%); Jacaré, Engenho da Rainha, Penha, Furquim Mendes e Vidigal (0,35% cada); Morro do Barbante (0,29%); Piscinão de Ramos, Morro da Providência e Centro (0,23% cada); Bangu, Duque de Caxias, Jacarezinho, Morro do palácio, Ocupação, Parada de Lucas, Santa Cruz, Praça Seca, Ramos e Santo Amaro (0,17% cada); Dique, Faz quem Quer, Jardim América, Juramento, Mangueirinha, Morro da Bacia, Arara, Cantagalo Pavuna, Acari, Andaraí, Carobinha, Urubu, Parque das Missões, PPG, Vila Vintém, Vila Kennedy e Terreirão (0,11% cada); Abolição, André Rocha, Complexo do Boaçu, Chapéu Mangueira, Chapadão, Caxangá, Cassiano, Cascadura, Barro Vermelho, Belford Roxo, Beira Mar, Bonsucesso, Campo Grande, Caracol, Carobinha, Encontro, Morro Dona Marta, Divinéia, Complexo do Lins, Covanca, Corte Oito, Cacareco, Engenho Novo, Fallet, Fazendinha, Fumacê, Grota, Muzema, Morro dos Prazeres, Morro do Estado, Morro da Areinha, Morro do Adeus, Paciência, Paraíso, Parque Araruama, Vasco, Vila Aliança, Vila Pauline, Santo Cristo, Parque União, Quitungo, Rio das Pedras, Antares, B2, Barreira, BW, Coreia, Cordovil, Santa Lúcia, Araticum, Morro da Caixa D'água e Morro da Boa vista (0,05% cada); Não Moro em Comunidade (8,91%).

Dentre os dados coletados, 8,91% das pessoas respondentes não especificaram em qual comunidade moram.

Direcionando o olhar à orientação sexual das pessoas respondentes (gráfico 1), 4,40% se identificam como assexual, 14,72% como bissexual,

18,65% como gay/bicha, 30,09% como heterossexual, 6,80% como homossexual, 9,85% como lésbica/sapatão, 14,37% como pansexual, 0,93% em nenhuma das opcoes e sem informacao de 0,17%. Importante trazer à superfície destes números que a porcentagem alta de pessoas que se declaram heterossexuais dizem respeito às orientações sexuais de pessoas travestigêneres que se identificam como tal.

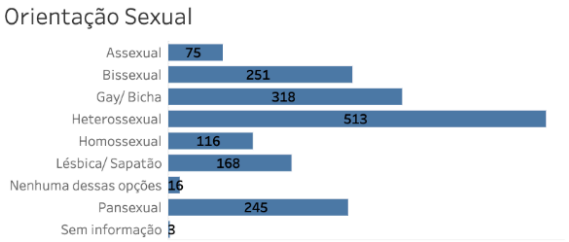

Gráfico 1: Orientação sexual

Sobre a identidade de gênero, temos 2,93% de pessoas que se declaram como agênero, 22,82% como homem cisgênero, 10,50% como homem trans, 10,26% como mulher cisgênero, 20,59% como mulher trans, 11,91% como não-binárie, 5,69% como transmasculino, 13,08% como travesti, 0,70% com nenhuma das opcoes, 1,41% como outro/a e 0,11% sem informacao.

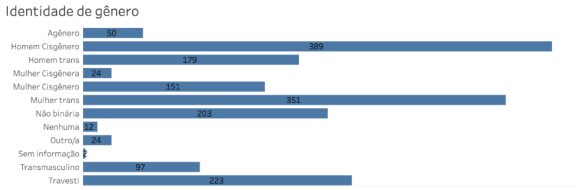

Gráfico 2: Identidade de gênero

No que diz respeito as pessoas que têm características sexuais congênitas, que não se enquadram nas normas médicas e sociais para corpos tidos como femininos ou masculinos, podendo conter características do que se entende como masculino e feminino a partir de uma leitura da medicina, ao serem perguntadas se são intersexo, 6,22% disseram "sim", 9,79% disseram "talvez", 81,99% disseram que não e sem informacao 1,29%.

Gráfico 3: Intersexo

Questões etnico raciais são evidenciadas de diversas maneiras no presente documento e em qualquer elaboração proveniente do Observatório de Violências, uma vez que não se é possível pensar os processos territoriais nas favelas do Rio de Janeiro sem considerar raça e etnia como marcadores importantes nas existências nestes territórios. Das pessoas respondentes, em consonância com o que pode ser visualizado e experienciado pela equipe do Observatório nas favelas, a maioria das pessoas se autodeclaram negras, sendo elas 52,49% do total de respondentes. Ainda, 13,43% se autodeclararam amarelas, 24,52% se autodeclaram brancas, 9,27% autodeclaram indígenas e, sem informação, 0,29%.

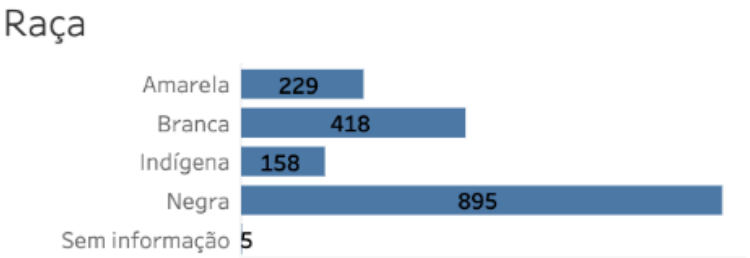

Gráfico 4: Raça

No que tange a faixa etária, percebe-se que o perfil das pessoas entrevistadas está concentrado, em sua maioria, em pessoas de 28 a 33 anos, como pode ser visualizado na tabela abaixo. Diferentemente do Relatório 2022, houve um número bem expressivo de pessoas LGBTI+ maiores de 33 anos respondentes, o que dá a ver que algo sobre as aplicações modificou o público acessado, parecia até o momento haver uma dificuldade de perceber um engajamento desta faixa etária nas aplicações.

Gráfico 5: Idade

Um fator de extrema curiosidade quando pensamos na população LGBTI+ favelada que surgiu após a aplicação dos dados foi perceber uma ampliação nos estados de origem da população entrevistada. Sabe-se que o

> (...) fator histórico determinante para ocupação da Maré foi a intensificação do fluxo migratório nordestino entre as décadas de 1940 e 1970 para o sudeste do país, aqui especificamente para cidade do Rio de Janeiro. A essa altura, para amenizar a crise agrária e a pressão que milhares de trabalhadores sertanejos faziam sobre a estrutura latifundiária, são criadas pelo governo Federal as condições necessárias para o esvaziamento do Nordeste. O nordestino, sobretudo o ruralizado, passa a ser direcionado para as cidades [...]. Os terrenos que restavam para os migrantes eram aqueles que não interessavam à especulação imobiliária, como morros, encostas e os pântanos, assim como terras de propriedade do governo. (Tomaz, M. de F., & Barbosa, M. C., 2021, p.)

Apesar da pesquisa ser voltada para pessoas vivendo no Rio de Janeiro, sabemos que a composição das favelas de grandes cidades é também de pessoas que migram de outros estados do país em busca de novas oportunidades. Dentre as pessoas entrevistadas, 40,47% é nascida no Rio de Janeiro, 1,58% em Minas Gerais, 1,17% na Bahia, 0,93% em São Paulo, 0,82% em Pernambuco, 0,76% no Ceará, 0,70% no Amapá, 0,64% no Maranhão e no Pará (cada), 0,58% na Paraíba e Roraima (cada), 0,52% no Espírito Santo, Tocantins (cada), 0,46% no Piauí, 0,35% no Amazonas, 0,29% no Acre, Distrito Federal e Rio Grande do Norte (cada), 0,23% no Rio grande do Sul, 0,11% em Goiás, Paraná, Sergipe (cada), 0,05% em Alagoas, Rondônia e Mato Grosso (cada) e 0,05% sem informação. Para o futuro do presente

projeto, pode-se pensar que é possível estabelecer uma relação entre o alto percentual de pessoas nascidas no Rio e a faixa etária. Na história da composição das favelas, vemos que foram as gerações mais velhas que migraram de outros estados e passaram a construir suas famílias aqui, fazendo com que os mais novos do território sejam naturais do Rio.

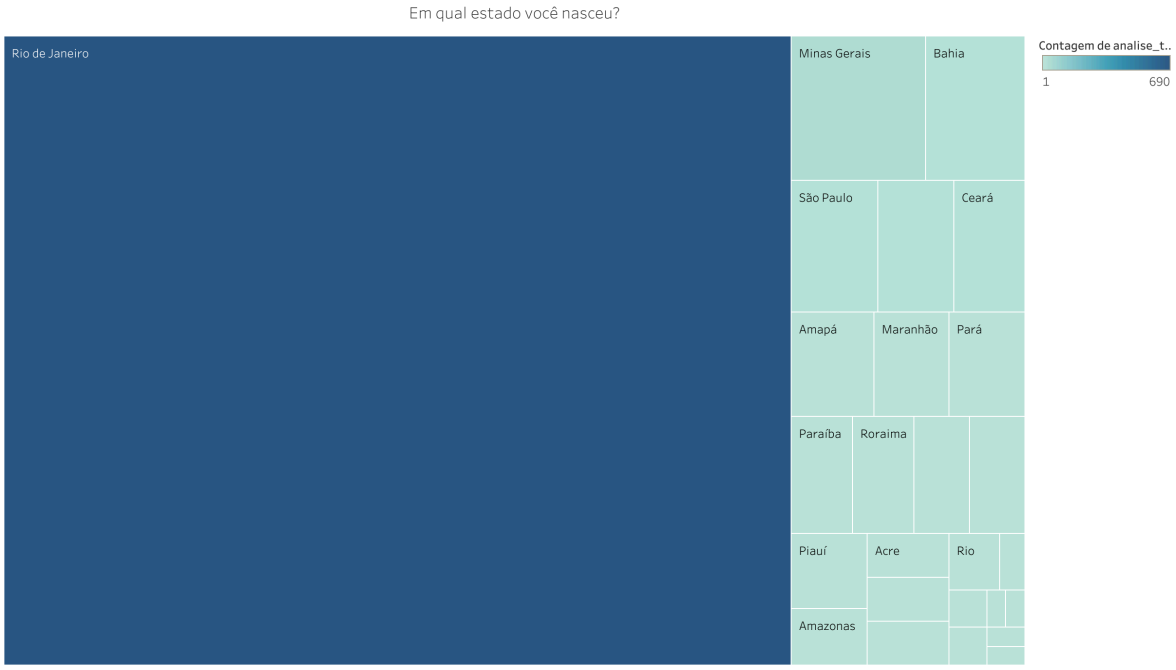

Gráfico 6: Estado de origem

Por fim, quando perguntadas se possuem alguma deficiência, 83,11% afirmaram que não, ao passo que 11,14% afirmaram não ter certeza e 3,75% afirmaram que sim. Esses dados poderiam representar que são poucas as pessoas LGBTI+ de favela que convivem com alguma deficiência. Mas, ao contrário, nos parece ser mais uma questão de acesso a programas, projetos e, consequentemente, a essa pesquisa; uma questão de acessibilidade mais do que propriamente de existência.

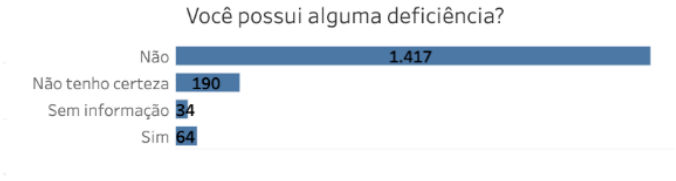

Gráfico 7: Deficiência

6. SEGURANÇA PÚBLICA

O cenário de Segurança Pública no estado do Rio de Janeiro segue sendo o fio norteador para a discussão de diversos modos de vulnerabilização da população favelada, em especial da juventude negra. Neste sentido, a partir de um trabalho que vem sendo executado a mais de 17 anos pelo Grupo Conexão G, identificar as nuances de impacto desta pasta nas vidas e experiências LGBT+ faveladas, surge como maneira de elevar a discussão para além do pleito por políticas que mitiguem as violências e violações dos Direitos Humanos por parte do Estado, mas traz à superfície da discussão o modo indiscriminado como as ações de segurança pública seguem promovendo a morte da juventude negra, elucidando modos de exercício de uma necropolítica que é, também, responsável por distanciar essa população de discussões como acesso à cultura, serviços básicos de cidadania, empregabilidade, moradia, saúde, educação e direito à cidade.

Dados produzidos pela Rede de Observatórios de Segurança[13] indicam que em 2020 foram 1.245[14] óbitos durante a execução de ações policiais no estado, sendo 86% dos mortos pessoas negras, em um estado onde pessoas negras responderam 51,5% da população do Estado. Ampliar as discussões acerca das diversidades sexuais e de gênero, com a inserção de uma profunda e sistemática formação acerca das identidades etnico-raciais que compõem as favelas do estado do Rio, bem como as práticas de gentrificação da cidade, pode ampliar a percepção sobre as complexidades que envolvem cada parcela dessa população em uma cidade amplamente diversa.

---

[13]Ver: <https://cesecseguranca.com.br/reportagens/estudo-diz-que-86-dos-mortos-em-acoes-policiais-no-rj-sao-negros-apesar-de-grupo-representar-517-da-populacao/#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra%20no%20RJ,7%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20estado>.

[14] Diferentemente do Observatório de Violências, a Rede de Observatórios de Segurança não realiza produção de dados considerando a SOGI (Sexual Orientation and Gender Identity).

Em um contexto onde parece não haver práticas por parte do estado para modificar este cenário, em 2023, vem-se promovendo estratégias de ocupação de alguns complexos de favelas no Rio de Janeiro em decorrência da divulgação pela grande mídia de vídeos onde supostamente ocorria o treinamento de criminosos dentro do complexo da Maré[15]. A divulgação desses vídeos estimulou o governador do estado do Rio de Janeiro a implementar forças-tarefa para o cumprimento de mandados de busca e prisão contra criminosos que atuam no Complexo da Maré, promovendo assim uma sucessão de operações nos territórios da Zona Norte[16], como apontado pela reportagem do Metrópoles, que impactaram e continuam impactando a vida da população que reside nestes territórios.

Com a premissa de busca por pessoas específicas, o Estado segue violando residências e colocando a população em linhas de tiro, como ocorrido diariamente de 11/10/2023 a 16/10/2023[17], e como tem ocorrido frequentemente nos desdobramentos dessa ação proposta. Os dias de operação não são comunicados aos territórios e moradores, o que incansavelmente faz com que, por muitas vezes logo ao amanhecer, trabalhadores se deparem com invasões a suas casas, caveirões pelas ruas ao sair para o trabalho e voo rasteiro de helicópteros, este último já registrado às 05h00 (cinco horas da manhã) por moradores da Maré.

Como poderia ser possível uma nova perspectiva acerca do cenário de Segurança Pública uma vez que a pasta de Segurança Pública é responsável por 15,8% do orçamento público do estado do Rio de Janeiro, o equivalente a

---

[15] "Imagens mostram criminosos dando treinamento de guerrilha no Complexo da Mare", por: Fantástico. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/09/24/exclusivo-imagens-mostram-criminosos-dando-treinamento-de-guerrilha-no-complexo-da-mare.ghtml>.

[16] Operação da PM em comunidades do Rio busca capturar fugitivos da Maré. Por Metrópoles. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/operacao-da-pm-em-comunidades-do-rio-busca-capturar-fugitivos-da-mare>.

[17] A Redes de Desenvolvimento da Maré realizou um mapeamento acerca das suspensões dos serviços públicos no Complexo da Maré em decorrência das operações policiais. Disponível em: <https://mareonline.com.br/no-5o-dia-da-operacao-mare-uma-morte-e-policiais-sem-cameras-corporais/No 5º dia da 'Operação Maré' uma morte e policiais sem câmeras corporais>.

17,8 bilhões de reais, segundo dados do IDMJR[18]. A níveis de comparação, a pasta de Saúde detém 9,3% de recursos do PLOA[19]. As pastas de educação e transporte detém 8,7% e 2,3% dos recursos, respectivamente. Os desdobramentos do incentivo massivo na pasta dão a ver a manutenção de um sistema de matabilidade e militarização dos órgãos de segurança pública com impacto direto nas favelas e nos modos como os territórios favelados funcionam, tendo como consequência o fechamento dos aparelhos mencionados e afetando a vida da população que não sai de casa por medo das operações policiais. A escolha desta pasta para um investimento tão robusto é parte de uma fragilização dos serviços públicos de saúde e educação, por exemplo, que precarizam os serviços em territórios onde constantemente tais serviços são interrompidos em decorrência das incursões policiais. No âmbito da saúde, as operações impactaram também os atendimentos médicos. Segundo o Redes da Maré, foram 16 dias sem atendimento médico em 2023, o que levou a mais de 3 mil atendimentos médicos suspensos neste ano. Na educação, somente na segunda-feira 16 de Outubro de 2023, de acordo com levantamento realizado pelo Redes da Maré[20], 13.799 alunos de 41 escolas municipais tiveram aulas canceladas. Este era o quinto dia consecutivo de operações no Complexo da Maré. O levantamento ainda aponta que, na semana anterior, 17 mil alunos ficaram sem aulas, destacando que:

- Segunda-feira (09/10): 44 unidades escolares municipais fecharam;
- Terça-feira (10/10): 41 escolas não funcionaram;
- Quarta-feira (11/10): 37 escolas, além de duas escolas estaduais que têm turmas no horário da manhã, também suspenderam as atividades.

[18] A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial realizou uma análise do orçamento público apresentado na ALERJ pelo Governador Cláudio Castro. Disponível em: <https://dmjracial.com/2023/10/26/lancamento-dossie-orcamentario-de-olho-na-alerj-2/>.
[19] PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual.
[20] A Redes de Desenvolvimento da Maré realizou um mapeamento acerca das suspensões dos serviços públicos no Complexo da Maré em decorrência das operações policiais. Disponível em: <https://mareonline.com.br/no-5o-dia-da-operacao-mare-uma-morte-e-policiais-sem-cameras-corporais/No 5º dia da 'Operação Maré' uma morte e policiais sem câmeras corporais>.

Apontar as dimensões do impacto das políticas de segurança pública nas experiências LGBTI+ faveladas é fundamental para entendermos os modos de vulnerabilização e de fomento do estado a uma necropolítica que afeta de diversas maneiras a população LGBTI+ que reside nestes territórios. No grupo focal realizado com pessoas cisgeneras e lgbt, onde foram abordadas questões de seguranca pública a partir das experiências dos componentes do grupo focal, um jovem negro (aqui chamado de V, como modo de manter sua privacidade) de 27 anos, gay e morador da Nova Holanda - Complexo da Maré, relatou a maneira como policiais o abordaram em um determinado episódio na Avenida Brasil. V conta:

> *"Eu já passei por diversas vezes, eu tava arrumado, bem afeminado, e mesmo assim o policial deu um tapa na minha cara sem eu ter nada. Já aconteceu na Brasil [Avenida], eu atravessando pra ir para uma boate, aí eu tava com aqueles fones bluetooth, eu acho que ele me chamou mas eu não ouvi pelo fato de estar de fone, ele veio por trás de mim, deu um tapão e eu só ouvi zzzzzzzz [zumbido], e o fone voou assim ó, voou da minha orelha. A maquiagem na minha cara, só ficou a marca, saiu a maquiagem na mão dele e ficou a marca da maquiagem na minha cara, e ninguém fez nada. E outro policial ainda, eles fizeram eu ficar literalmente pelado na Brasil, na entrada da comunidade, abaixaram minha calça, apalparam minhas partes íntimas, fizeram eu tirar sapato, boné, camisa... eles não encontraram nada comigo, não pediram nem desculpa pelo tapa que eles me deram."*

A persistência da violência policial nas favelas constitui uma preocupação significativa, gerando repercussões adversas no organograma social e no exercício pleno dos direitos humanos. A presença exacerbada das forças de segurança muitas vezes resulta em violações de direitos individuais, que aumentam as disparidades sociais e minam a confiança nas instituições públicas e não apenas perpetua um ambiente de insegurança, mas também compromete diretamente o acesso da comunidade a serviços de saúde essenciais. Restrições de movimento e a presença intimidadora das autoridades podem dissuadir residentes de buscar atendimento médico, bem como o cessamento destes serviços que acaba salientando as disparidades de

saúde com relação a territórios não favelados e agravando condições preexistentes dos usuários.

O acesso aos serviços médicos já é dificultado por uma série de precarizações, seja pela ausência de profissionais, escassez de medicamentos e até mesmo nas tratativas de pessoas trans e travestis, por exemplo, que torna este contexto ainda mais dificultoso e alarmante, como tratado no eixo de Saúde do Relatório produzido ano passado e no mesmo eixo do presente documento. Além disso, compreende-se que a população LGBTI+ como um todo sofre constantemente de LGBTI+fobia nos espaços de educação e que, para além dessas violências, é impossibilitada de frequentar a escola em decorrência das operações, o que impacta na redução das possibilidades de conclusão do ensino e afastamento do mercado de trabalho formal, nuance percebida também no relatório 2021 e no presente documento, no eixo de escolaridade/empregabilidade.

6.1 - IMPACTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NAS EXPERIÊNCIAS LGBTI+ NAS FAVELAS

Evidencia-se nas ações decorrentes das operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro a constante violação de Direitos Humanos básicos e o silêncio por parte do poder público acerca dos mandados, em específico nas invasões de domicílio, que acontecem recorrentemente sem justificativa ou aviso prévio. No período abarcado pelo presente relatório, 69,56% dos respondentes declararam ter ficado impossibilitados em alguma ocasião de acessar sua moradia em decorrência das operações policiais. Seja por ter sua rua interditada por agentes de segurança e caveirões, ou pela própria dificuldade em adentrar o território em momentos de operação, devido à exposição aos frequentes confrontos armados.

A violência territorial e domiciliar exercida pelo Estado é latente e evidente neste relatório quando observa-se que 47,80% das pessoas

respondentes já tiveram suas casas invadidas durante operações policiais no seu território de residência (considerando as frequências "sim, poucas vezes", "sim, com frequência" e "sim, várias vezes"). É importante o destaque de que, dentro da população negra, o percentual é alarmante, uma vez que 39,66% das pessoas negras respondentes disseram já ter suas moradias invadidas. As favelas do Rio de Janeiro, em decorrência de uma série de fatores evidenciados anteriormente neste relatório, se configuram majoritariamente pela presença de pessoas negras e/ou racializadas. As ações de segurança pública nas favelas são responsáveis por incontáveis mortes da população jovem negra. Neste relatório, 32,26% do total de respondentes são pessoas negras de 18 a 33 anos de idade.

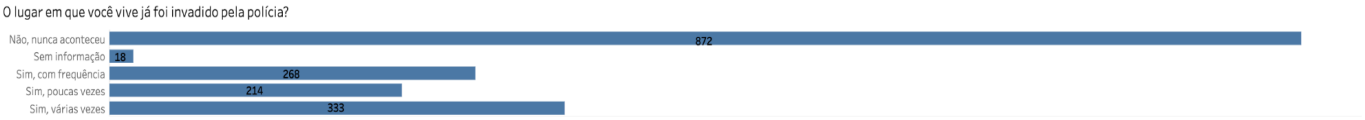

Gráfico 8: Invasão de moradia

Se faz importante, neste documento, demarcar as distinções fundamentais entre operações policiais e abordagem policial. As operações policiais referem-se a ações amplas e coordenadas para lidar com situações complexas, muitas vezes envolvendo planejamento estratégico e mobilização de recursos. Por outro lado, a abordagem policial caracteriza-se por interações individuais entre policiais e cidadãos no cotidiano, visando prevenção, mediação de conflitos e manutenção da ordem. Enquanto as operações buscam resolver questões sistêmicas, a abordagem policial foca na interação direta para garantir segurança e cooperação no âmbito local. Ambos os elementos são, teoricamente, essenciais para uma aplicação eficaz da lei, abordando desafios específicos em diferentes escalas e contextos. Nas favelas, parece não haver por parte de grande parte dos agentes uma preocupação no contato com moradores que preze pela realização de abordagem ou operação no modo como descrito em lei, abrindo assim margem para incontáveis violações de direitos.

Não somente nas incursões policiais nas favelas, mas em um contexto geral de abordagem dos agentes de segurança pública, a população negra continua sendo a que mais é abordada, o que fica expresso no percentual de que 52,85% dessa população afirma já ter sido abordada pela polícia antes e depois dos 18 anos de idade. Em um cenário geral, considerando todas as identidades étnico-raciais da população LGBTI+ participantes na produção de dados, 57,95% do total já foram abordadas pela polícia no mesmo contexto, antes e depois dos 18 anos de idade. Isso nos leva a compreensão de que o recorte etário não é um fator que limita as autoridades a escolher seu alvo em uma abordagem, sendo a raça um fator que parece influenciar mais nestas escolhas, uma vez que em comparação ao percentual de 52,85% das pessoas negras que declararam já terem sido abordadas, as pessoas brancas possuem um percentual 21,99% menor que pessoas negras sendo, assim, 30,86% de pessoas brancas que assinalaram já terem sido abordadas por policiais.

Gráfico 9: Abordagem policial

Quando perguntadas se "durante a abordagem, sofreu algum tipo de violência (física, moral, psicológica), humilhação, desrespeito ou ameaça direta por parte das autoridades policiais?", 36,76% das pessoas negras afirmam já ter sofrido algum tipo das violências citadas em uma abordagem policial. Este número é menor em relação às 17,94% de pessoas brancas que assinalaram a mesma questão. Raça é um fator determinante na execução das abordagens diárias dos agentes de segurança, estando a população negra, neste contexto, mais visada e propícia a “levar uma dura” dos agentes em qualquer situação de monitoramento ou denúncia. Não se faz, aqui, a hierarquização de qual grupo social se vê menos ou mais vulnerabilizado. Tratamos aqui de uma análise inteiramente coletada com pessoas LGBTI+ sobre a qual cabe o cuidado de compreender que algumas complexidades podem não ser refletidas e/ou

experienciadas por certa parcela da população pela diversidade étnica, de identidade de gênero ou de orientação sexual, por exemplo. Neste sentido, com um olhar ampliado, da-se a ver o modo de tratamento que as pessoas faveladas recebem ao serem abordados por agentes de segurança pública, sendo 48,28% do total de respondentes do formulário já terem sofrido algum tipo de violência durante uma abordagem policial.

As dinâmicas pelas quais as abordagens ocorrem ou se desdobram também reatualizam violências contra os corpos LGBTI+, seja por casos de violência física ou psicológica, ou por abuso de autoridade e extorsão, 24,28% das pessoas LGBTI+ já se sentiram ameaçadas em uma abordagem policial por sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Se direcionarmos para os dados um olhar que considere a identidade racial, houveram ameaças ou se sentiram ameaçadas, pelas mesmas motivações anteriores, 37,74% das pessoas LGBTI+ negras respondentes. Olhando diretamente para identidades de gênero travestigêneres (mulheres trans, travestis, homens trans, transmasculinos e não-binários) 24,69% deste recorte da população foram vítimas do mesmo cenário de ameaças.

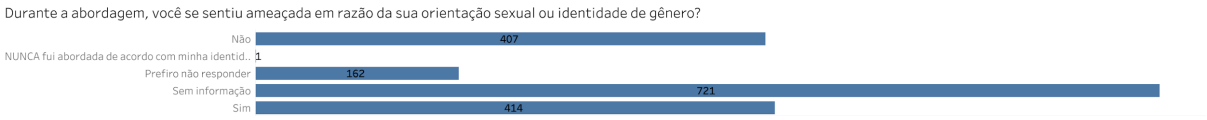

Gráfico 10: Ameaça durante abordagem policial

7. EDUCAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Entendemos que, no campo dos direitos trabalhistas, são diversas as vulnerabilidades particulares que acometem a pessoas LGBTI+ no exercício de uma atividade profissional, sendo identidade de gênero, expressões de gênero e orientação sexual fatores que recorrentemente, como efeito de uma condição estrutural e institucional de LGBTIfobia, interferem no estabelecimento de relações sociais, nos processos educacionais e carreiras profissionais.

O escopo de atuação e metodologias do Observatório de Violências nos conduzem a perceber que, quando nos voltamos às experiências de pessoas LGBTI+ que vivem em territórios de favela, sobretudo as participações de pessoas trans e travestis negras, o debate não pôde sequer chegar ao estágio em que discutiremos sobre um cenário amplo de empregabilidade, em que as dificuldades no exercício da atividade profissional tomarão o centro das discussões. O problema é ainda anterior, uma vez que se faz necessário que consideremos um cenário de altas taxas de desemprego entre o público participante da pesquisa.

Para dizer em outras palavras, grande parte da população LGBTI+ de favelas se encontra desempregada e, quando não, prevalecem as condições mais precárias no exercício de atividade profissional, as jornadas de trabalho estendidas, além da conjugação das violências LGBTIfóbicas às violações de direitos trabalhistas (no caso de uma minoria que trabalha com vínculo formal) ou à ausência parcial ou completa destes direitos (no caso de uma maioria que tem trabalhado informalmente)[21]. Enfim, configura-se ainda outro panorama de precarização do corpo, da saúde mental e, em última instância, da vida, compondo um complexo emaranhado de processos de vulnerabilização que em outro de nossos documentos[22] chamamos “gradiente de opressão social”.

Embora possamos perceber algumas iniciativas voltadas à capacitação técnica e qualificação profissional para pessoas travestigêneres por iniciativas

[21] Os números de trabalhadores formais e informais participantes da pesquisa serão abordados na seção “Empregabilidade e renda”, adiante neste capítulo.
[22] Informe de Segurança Pública (2022).

privadas ou outras organizações sociais sem fins lucrativos, a identidade de gênero persiste, em muitos casos, como marcador social de diferença que determina a exclusão de pessoas trans de processos seletivos. Evidentemente, a comunicação de tais decisões assume roupagem empresarial, visto que empresas e estabelecimentos veem-se coibidos pela proporção que algumas denúncias podem assumir nas redes sociais e mesmo por atos normativos[23], como no caso do artigo 1º da Lei 9.029/95, que determina:

> Art. 1º É proibida a adoção de qualquer prática discriminatória e limitativa para efeito de acesso à relação de trabalho, ou de sua manutenção, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar, deficiência, reabilitação profissional, idade, entre outros, ressalvadas, nesse caso, as hipóteses de proteção à criança e ao adolesscente previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Consituição Federal. (BRASIL, 1995)

No entanto, são frequentes os relatos de pessoas que, em contato com o grupo de pesquisadores do Observatório de Violências, contam ter percebido resistências em suas entrevistas para vagas, desconfortos que pareciam partir de um grande distanciamento das vivências de pessoas travestigêneres por parte das pessoas à frente dos processos seletivos, manifestados por olhares e falas que vacilavam frente a suas expressões e códigos de gênero, fossem estes menos ou mais inconformes à cisheteronormatividade.

A questão se mostra ainda mais complexa ao entendermos que há profunda relação entre a baixa adesão e permanência dessa população no mercado de trabalho formal com as altas taxas de evasão/expulsão[24] escolar, sendo escolaridade e empregabilidade instâncias complementares

[23] Posicionar os riscos da explosão de denúncias virtuais anteriormente aos atos normativos vigentes é escolha proposital, visto que a manutenção da face pública das empresas parece ser o fator primordial, e não o compromisso com legislações que têm por objetivo garantir a igualdade nos processos para acesso ao mercado de trabalho.

[24] Pensa-se "expulsão" pois, uma vez que instituições de ensino não atuem em função de mitigar as violências sofridas por seu corpo de estudantes em suas especificidades, desde o nível básico ao ensino médio, contribuem, na verdade, para seu afastamento.

e fundamentais para a participação social. A respeito das escolas e seus projetos educacionais, é valioso o que escreve Guacira Lopes Louro[25]: "as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos, [...] têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual". (LOURO, 2000, p. 14)

Nesse sentido, partindo de uma perspectiva que tome como complementares e coextensivos os eixos Educação-Empregabilidade, nos direcionamos aos principais achados e desdobramentos quali-quanti desta interseção.

7.1 - PANORAMA SOBRE PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO LGBTI+ DE FAVELAS

Uma visão geral sobre o grau de escolaridade das 1.705 pessoas respondentes do formulário do Observatório de Violências ao longo do período de atividade da pesquisa (2022-2023) indica que cerca de 19% (328 pessoas) não ingressaram no ensino escolar médio, tendo 176 destas pessoas concluído o ensino fundamental e 152 não, culminando em uma evasão de 45,7%. Se consideramos ingresso, conclusão e evasão de pessoas respondentes no ensino escolar médio, temos que 57% (975 pessoas) ingressaram no ensino médio, cerca de 67% chegaram a concluí-lo e a evasão resulta em 33% (322 pessoas).

Pode haver algo a ser explorado acerca da diferença nos índices de evasão entre ensino fundamental e médio, tendo em vista que as amostragens da pesquisa apontam para uma taxa de evasão maior durante o ensino fundamental que durante o ensino escolar médio. Surge a questão: o que tais números poderiam apontar sobre os processos de escolarização da população LGBTI+ de favelas? Quais fatores poderiam "justificar" o maior abandono de

[25] "O investimento mais profundo, contudo, o investimento de base da escolarização se dirigia para o que era substantivo: para a formação de homens e mulheres "de verdade". Em que consiste isso? Existiam (e, sem dúvida, existem) algumas referências e critérios para discernir e decidir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente e jovem estava se aproximando ou se afastando da "norma" desejada." (LOURO, 2000, p. 14)

crianças/pré-adolescentes que de adolescentes LGBTI+ dos processos educacionais?[26]

Ainda sobre os percursos educacionais, é importante sinalizar que somente 11,7% dos respondentes ingressou em alguma instituição de ensino superior, dentre os quais cerca de 69% não concluíram a graduação, um altíssimo percentual de evasão[27]. É evidente que a sobreposição de diversas violências sociais e as particularidades dessas violências nas instituições de ensino, inclusive dos acirramentos e tensões entre academia e favela como territórios produtores de conhecimento, culminam no afastamento das populações de favela das instituições de ensino superior, fazendo parecer com que o conhecimento especializado não seja uma possibilidade.

Não verificou-se uma variação expressiva nas taxas de ingresso no ensino médio e ingresso no ensino superior entre as pessoas respondentes racializadas (negras, indígenas e amarelas; 1.282 pessoas) e brancas (418). Evidentemente, pessoas brancas não experienciam as multifacetadas dimensões da violência racial que vivenciam negros, indígenas e amarelos. No entanto, as amostragens indicam que os espaços educacionais se relacionam de maneira hostil com as populações LGBTI+ de favela de maneira geral e que, apesar das violências raciais, parecem prevalecer os marcadores de classe e territorialidade[28].

Tais variações aparecem de maneira significativa quando identidade de gênero é tomada como categoria de análise. Comparando-se respondentes cisgênero a travestigêneres, temos que: 25,5% das pessoas travestigêneres não ingressaram no ensino médio, enquanto 8% das pessoas cisgênero não ingressaram; somente 30,7% das pessoas travestigêneres concluíram o ensino

---

[26] Existe, possivelmente, uma abordagem a ser tecida e que amarre marcadores de classe-raça e violências de gênero/orientação sexual nas escolas, mas nos deteremos apenas à sugestão desta possibilidade, reconhecendo que tratá-la em toda sua complexidade pede um adensamento ao qual o projeto ainda não pôde chegar. Fica, no entanto, uma evidência da força de projetos de pesquisa como o Observatório de Violências, iniciativas que podem fazer ver e desdobrar análises de grande complexidade e profundidade sociopolítica.

[27] 2,46% (42 pessoas) ingressaram em uma pós-graduação, 52% das pessoas (22) ingressantes em um curso de pós-graduação o concluíram.

[28] Devemos considerar que a maioria das pessoas respondentes assinalou ter estudado em escolas públicas dentro da própria comunidade, por isso o marcador racial pode não ser tão expressivo quanto provavelmente seria em escolas privadas fora dos territórios de favela.

médio, enquanto pessoas cis que concluíram o ensino médio correspondem a 54%; 9% das pessoas travestigêneres ingressaram no ensino superior, número que entre as pessoas cis representa 17%. Vale, então, demarcar que as instituições de ensino, embora reproduzam e atualizem violências sobre as populações LGBTI+ de favelas de modo geral, fazem recair tais violências com ainda mais força sobre pessoas travestigêneres.

7. 2 - EMPREGABILIDADE E RENDA

Encaminhamos a discussão para as questões que concernem especificamente o acesso e a permanência no mercado de trabalho (formal ou informal). Aqui, serão explicitados também os principais achados acerca das violências sofridas pelas pessoas participantes da pesquisa no contexto do exercício de alguma atividade profissional, dentre os quais alguns nos surpreendem e alarmam especialmente.

Considerando o momento em que responderam ao formulário do Observatório de Violências, 41% (700 pessoas) do total de participantes assinalaram nunca ter trabalhado com carteira assinada, 35% (586) estão desempenhando alguma atividade profissional informalmente, 28% (481) estão formalmente empregadas e 19% (319) estão atualmente desempregadas. Se aplicamos como lente para análise a diretriz da identidade de gênero, o panorama se altera com relação ao que pôde ser desenhado acima, visto que: 40,5% das pessoas travestigêneres estão trabalhando informalmente, 23,5% estão desempregadas e somente 14,2% estão formalmente empregadas.

Os baixos índices de vínculo empregatício formal entre as pessoas travestigêneres corroboram com a narrativa apresentada na parte contextual do presente eixo, reafirmando que esta parcela das pessoas LGBTI+ de favelas enfrenta maiores dificuldades e barreiras para inserção no mercado de trabalho formal, sendo necessário que busquem por alternativas por vezes as mais precárias de produção de renda. 65% das mulheres trans ou travestis participantes responderam trabalhar ou já ter trabalhado como profissionais do

sexo em algum momento de suas vidas[29] (2,5% [14] das mulheres trans ou travestis participantes preferiram não responder essa pergunta)[30]. Dentre os 65% indicados acima, 68% das respondentes são mulheres trans ou travestis que se identificam como negras, dado que reafirma racismo e transfobia como correspondentes na produção de violências e múltiplos processos de marginalização social.

Deve-se destacar que não pretendemos uma abordagem moralizante sobre o trabalho de profissionais do sexo. Assumimos, no entanto, postura crítica frente ao diagnóstico bruto de que, em face da exclusão generalizada do mercado de trabalho, reste a prostituição como alternativa que frequentemente expõe pessoas travestigêneres a mais ciclos de violência de gênero, racial e adoecimento mental e físico.

Com relação à renda mensal, pelo menos[31] 31,5% (538 pessoas) recebem menos de 1 salário mínimo, enquanto cerca de 9,4% dos respondentes (160 pessoas) estão vivendo com renda mensal abaixo dos R$500,00. Dentre as últimas, cerca de 60% são pessoas travestigêneres. São pouco mais de 40% dos respondentes pessoas que cuja renda mensal está entre R$1.100,00 e R$2.119,00, e cerca de 9,5% a taxa de pessoas que têm renda mensal superior a R$2.200,00. Importante salientar que, no caso das pessoas que trabalham informalmente, é possível que as respostas sobre renda mensal não digam respeito a uma renda fixa, mas que variem de acordo com as prestações de serviço mês a mês.

Finalmente, devemos nos debruçar ainda sobre os dados concernentes às violências no contexto próprio do trabalho. 49% das pessoas que trabalham/já trabalharam formal ou informalmente declararam já ter sofrido

---

[29] Dentre o total de pessoas participantes que responderam trabalhar ou já ter trabalhado como profissionais do sexo, 70% são mulheres trans ou travestis.

[30] Considerando todas as pessoas travestigêneres respondentes, 42% trabalham ou já trabalharam como profissionais do sexo, ainda 9,5% das pessoas travestigêneres preferiram não responder à questão.

[31] É Importante salientar que a taxa de pessoas que recebem menos de um salário mínimo possivelmente excede ao número apresentado no texto. Isso acontece pois a questão do formulário do projeto a qual se referem estes dados não considera o salário mínimo atual no Brasil (em dezembro de 2023 corresponde a R$1.320,00.), mas um valor pressuposto à época da produção do formulário R$1.099,00).

discriminação sexual ou de gênero durante desempenho de atividade profissional, e dentre estas 20% afirmam sofrer tais discrimações recorrentemente. 31% do total de respondentes (526 pessoas) afirmam já ter sofrido discriminação racial, e dentre estes 17% (290 pessoas) indicam recorrência nos episódios de racismo.

É importante nos lembrarmos do desafio ético que reside em não deixar a retina e a reflexão crítica cansarem frente ao caráter quantitativo dessa e de outras similares pesquisas; não trata-se de números, mas, neste caso, de 290 indivíduos cujas realidades materiais e subjetividades são constantemente remarcadas pelo racismo, traumas reabertos, esforço psíquico constante, bem como no caso das outras violências e violações que têm sido evidenciadas ao longo das análises.

Na sequência dos dados mais alarmantes que o presente eixo revela, 23,5% (401 pessoas) declararam já ter sofrido assédio sexual no contexto de atividade profissional, enquanto 25,5% (435) declararam já ter sofrido abuso psicológico, indicando a sobreposição e a possível simultaneidade, visto que uma frequentemente acompanha outra, de diferentes formas de abuso.

Dentre as pessoas que sofreram assédio sexual, a recorrência entre mulheres lésbicas[32] é esmagadora, sendo maior que 80% a taxa das lésbicas respondentes que afirmaram já ter sofrido assédio sexual no contexto considerado. Dentre os homens gays (cis e trans) prevalecem os episódios de assédio moral, tendo em vista que 60% dos respondentes gays declararam já tê-los experienciado. Dentre pessoas bissexuais, visto que são muitas as identidades de gênero que experimentam a bissexualidade participantes da pesquisa (mulheres trans, travestis, homens trans, transmaculinos, pessoas não-binárias, mulheres cis, homens cis, etc), não há um tipo de violência que se expresse muito mais que outros no contexto do trabalho.

Entendemos que tais apontamentos são urgentes e que carecem de

[32] Consideramos mulheres lésbicas cis e trans como modo de reafirmar a existência e a participação de mulheres trans lésbicas para a construção dessa pesquisa, embora os dados expressivos da categoria "mulheres trans lésbicas" advenham majoritariamente de participantes lésbicas cisgênero, que compõem a grande maioria das respondentes.

políticas públicas de combate mais contundentes e ações para garantia de direitos de maior efetividade. Devem ser assegurados processos mais amplos de capacitação para setores diversos do mercado de trabalho para pessoas LGBTI+, assistência e produção de conhecimento sobre os processos burocráticos envolvidos na regulação de empreendimento individual, encaminhamentos jurídico e/ou psicossocial para enfrentamento dos episódios de LGBTIfobia e racismo nos contextos de trabalho e prestação de serviços, etc.

8. MORADIA

É extremamente importante olhar para a situação atual das favelas do Rio de Janeiro em termos de moradias e habitações e relacionar isso com alguns processos históricos que consideramos importantes para a compreensão da dinâmica atual das áreas que temos como foco. Em meados do século XX iniciou-se um movimento possível de perceber nas favelas do Rio de Janeiro, um processo que, embora pontual e desarticulado, tinha a finalidade sanitarista (CARDOSO, 2002). Em razão disso, a proposta de criação para a melhoria das habitações, bem como para a qualidade de vida, se deu com os "parques proletários", que tinha como proposta inicial abrigar algumas populações dos territórios de favelas de forma provisória, no entanto, segundo Cardoso (2002, p. 38), devido a não continuidade deste projeto, as habitações se tornaram definitivas e hoje, são partes das favelas que buscavam erradicar através do movimento. Possivelmente, podemos considerar os parques proletários como o primeiro movimento obtido pelo poder público da época como políticas habitacionais para a melhoria das condições das habitações (PARISSE, 1969, *apud* CARVALHO, 2023) fazendo um movimento oposto aos dos anos de 1902 a 1906 com as demolições dos cortiços.

Ao longo das décadas, vários planos habitacionais foram desenvolvidos, mas foi somente em 1993 que o Plano de Urbanização dos Assentamentos Coletivos do Rio de Janeiro (comumente conhecido como Favela-bairro) foi desenvolvido, com foco na implementação de infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e sociais, segurança e política comunitária (CARDOSO, p. 42- 43, 2002). O principal objetivo era integrar as favelas à cidade. O Programa Favela-bairro, ainda que fosse um programa municipal criado pela prefeitura do Rio de Janeiro, trouxe uma perspectiva nacional e internacional no que diz respeito ao sucesso do programa. Pelo fato da experiência ter sido positiva, o programa atraiu a atenção do governo federal para continuar com o processo de aceleração por todas as favelas do Brasil com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC²), um marco na política habitacional brasileira (XIMENES; CARDOSO; LUFT, 2023).

No entanto, embora as Nações Unidas (ONU) tenham notado no seu Relatório Mundial das Cidades publicado em 2006 (Portal da Prefeitura do Rio de Janeiro, 2023) que o projeto tinha se tornado uma iniciativa habitacional altamente influente, não avançou por uma série de razões. Nos cabe pontuar que o projeto de pesquisa que dará subsídios a esta escrita, não está com o intuito de fazer uma análise crítica com o foco no programa Favela-bairro, no entanto, a demonstração dos dados coletados pelos pesquisadores do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas, trará um panorama acerca das condições habitacionais em que as pessoas LGBTI+ se encontram, apesar das tentativas de melhorias habitacionais pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Embora as atuais políticas do que diz respeito a moradia tenham de fato levado a uma ênfase mais visível nas áreas pesquisadas, ainda é possível nos deparar com locais com infraestrutura ainda muito precárias, como partes desta análise, levantamos também as condições de saneamento básico para englobar as problemáticas evidenciadas na pesquisa.

8.1 CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

Nesta etapa do documento, estaremos destacando as condições presentes nas experiências vividas por LGBTI+ nas favelas. A partir disso, no eixo habitacional, os dados apresentados terão como base os recortes étnico-raciais e identidade de gênero para a construção da narrativa no que toca à violação de direitos habitacionais. No que tange à infraestrutura das moradias, perguntamos sobre a construção da casa que essas pessoas moram ou que se assemelhavam ao local onde vivem. Cerca de 7,98% marcaram a opção “casa feita por maioria lona/plástico”. Dentre essas pessoas, pelo menos 2,15% eram pessoas brancas, 2,68% pessoas negras e a população indígena chega a 24,68%.

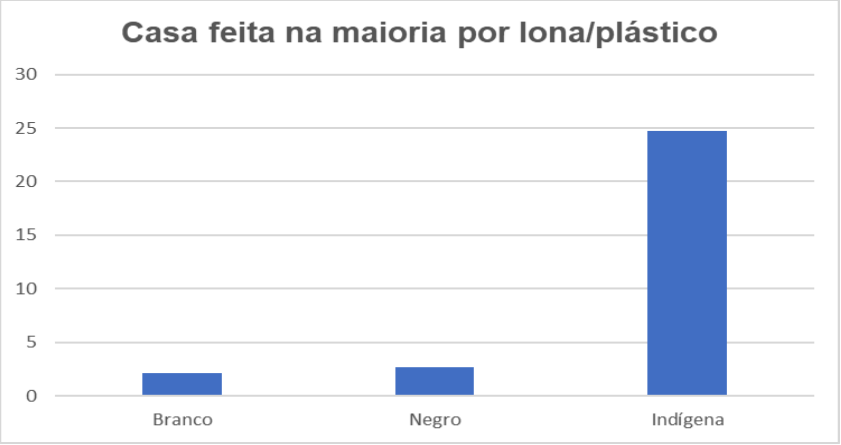

Gráfico 11: Perfil das moradias

O cenário das condições precarizadas de habitação que pode se observar com os dados apresentados, são consequência da ausência de estratégias políticas por parte do Estado de levar qualidade de vida por meio da habitação aos territórios de favelas. Como pode ser visualizado no eixo de Segurança Pública deste documento, para o ano de 2024, a pasta de Segurança Pública é detentora de uma grande parte do orçamento PLOA (destrinchado pela Iniciativa Direito a Memória e Justiça racial[33]), enquanto saneamento, por exemplo, recebeu um corte de -14,8% em relação ao orçamento do quadriênio anterior. A redução dos investimentos acarretará um impacto de grande magnitude na qualidade de vida, especialmente nas comunidades de baixa renda do Brasil, que já enfrentam múltiplas vulnerabilidades como a precariedade dos sistemas de saneamento e, caso haja cortes adicionais, existe uma imensa probabilidade de agravamento dessas condições.

Torna-se mais intricado à medida que analisamos a estrutura das moradias nas favelas consideradas para a coleta de dados, onde foi constatado que 31,40% dos indivíduos que se identificam como negros afirmam compartilhar suas residências com, no máximo, duas pessoas. Ao cruzarmos essas informações com a identidade de gênero dos entrevistados, levando em conta a população trans e travesti, pelo menos 16,03% declaram o

[33] A Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial realizou uma análise do orçamento público apresentado na ALERJ pelo Governador Cláudio Castro. Disponível em: <https://dmjracial.com/2023/10/26/lancamento-dossie-orcamentario-de-olho-na-alerj-2/>.

mesmo. Pelo menos 13,26% dos entrevistados que se reconhecem como mulheres trans e travestis assinalaram a opção "Moro sozinha", enquanto 21,5% do público geral afirmaram viver com, no máximo, três pessoas. Por fim, 6,59% dos entrevistados disseram residir com mais de cinco pessoas. Considerando os dados apresentados, pensa-se que a quantidade de pessoas que residem na mesma casa, colabora de forma significativa na qualidade habitacional destas pessoas, dificultando a melhoria e qualidade de vida, visto que pelo menos 19% do público-alvo está atualmente desempregado, o que contribui para a dificuldade de acessar outras possibilidades de melhoria na qualidade da habitação e, consequentemente, na qualidade de vida.

Quando perguntamos quais serviços estão disponíveis em sua casa (citando água encanada), cerca de 19,86% de pessoas que se autodeclaram brancas afirmam não ter água encanada, juntamente com 14,8% de pessoas negras e 60,13% da população LGBTI+ indígena que moram nos territórios pesquisados afirmam não ter água encanada em suas casas. Segue uma demonstração com o gráfico abaixo.

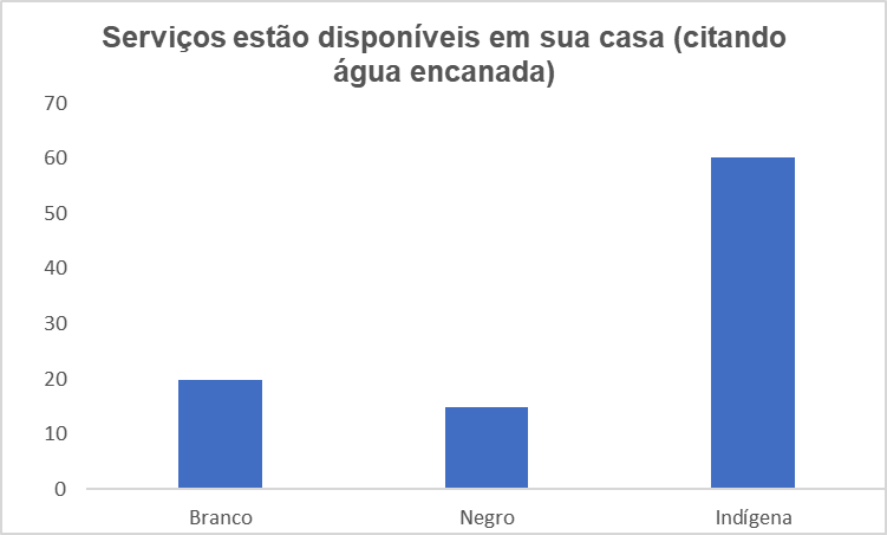

Gráfico 12: Serviços disponíveis

Ao explorarmos a problemática da coleta de lixo e do serviço de esgoto, podemos observar que aproximadamente 17% da população LGBTI+ negros afirmam que não há serviço de coleta de lixo em sua região. Além disso,

20,57% das pessoas brancas também confirmam essa falta de serviço. Por outro lado, surpreendentemente, a parcela da população indígena que não possui coleta de lixo chega a expressivos 68,35%.

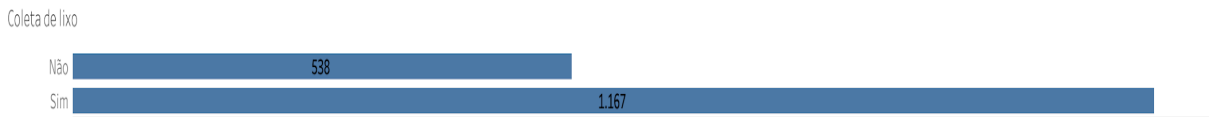

Gráfico 13: Coleta de lixo

Quanto à taxa de serviço de esgoto nestes locais, temos a princípio 20% das pessoas que se autodeclaram brancas, afirmam não possuir rede de serviço de esgoto, a taxa da população negra chega muito próximo com pelo menos 19,66%. Já a população indígena LGBTI+ 71,52%. Sabe-se que questões de saneamento são complexas de lidar considerando um território como o do Complexo da Maré de 426 hectares, com cerca de 140 mil moradores. Pode-se considerar com o ajuste orçamentário do PLOA mencionado acima, que as favelas do estado pouco sofreram melhorias no âmbito do saneamento, em uma cidade que valoriza pontos turísticos e que tem calcado seu renome em constantes políticas de gentrificação ao longo da história, determinando que complexos, como o da Maré, sigam sofrendo com quedas de energia, ausência de saneamento básico, água encanada e com os constantes alagamentos no território, fruto de diversos aterros realizados na baía de guanabara para extensão do território, não planejados adequadamente e muito perigosos para uma região predominantemente de geografia plana e densa populacionalmente.

9. SAÚDE

No Boletim deste ano, teremos como foco, o público transmasculino[34], especificamente os homens trans, presente nos resultados da pesquisa de 2023, devido a participação maior que no ano anterior, consequência de um grupo de aplicadores diversificado, fruto da pluralidade. Com isso, vimos a necessidade de discutir um tema que é invisível para para o Estado: a saúde dos homens trans. Após diversas tentativas de procurar dados específicos sobre a saúde dessa população, encontramos apenas cartilhas que estão desatualizadas e estudos internacionais que não refletem a realidade brasileira, ainda mais quando se trata dos territórios de favela. Atribuímos que tal defasagem se deve ao último governo que tivemos concomitantemente ao fato de que os homens trans não são priorizados, sequer lembrados nas pautas LGBTI+.

Optamos por construir uma narrativa a partir da amostragem qualitativa dos fatos apresentados durante os grupos focais executados ao longo do ano, fatos esses que aproximam de forma concreta da realidade da população LGBTI+ favelada. Foram dois grupos focais, com cinco (5) participantes cada, composto por homens trans e transmasculines não-binários. Para iniciarmos o ponto é de suma importância que tenhamos em mente que para pensar saúde é necessário pensar a vida e, no seu sentido mais literal possível. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)[35] entre os anos de 2019 e 2021 houveram 59 casos confirmados de suicídio de pessoas trans, onde 23 foram no ano de 2020, período pandêmico que essa população possivelmente ficou confinada com seus agressores, onde 30% dos casos eram da população transmasculina. Sem contar os casos de ideação suicida que segundo o relatório "Transexualidades e Saúde Pública no Brasil" do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT e do Departamento de

[34] Transmasculino é uma identidade dentro da transgeneridade que abarca além dos homens trans, mas toda identidade trans que se inclina para o espectro masculino enquanto expressão e identidade de gênero.
[35] Ver: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans>.

Antropologia e Arqueologia, aponta que 85,7% dos homens trans já pensaram em suicidar-se ou já tentaram. Então o ponto inicial é pensar o processo de violação desses indivíduos que os leva a serem 'suicidados'[36], termo que foi inclusive popularizado dentro da comunidade no período em que Demétrio Campos, homem trans, preto, periférico, modelo e dançarino, ter sido suicidado aos 23 anos, no dia 17 de maio de 2020, coincidentemente Dia Internacional da luta contra a LGBTfobia, ou seja, uma população que é empurrada para cair do "precipício social" pois já não é mais suficiente a margem.

Quando trouxemos o tema saúde para dentro dos grupos focais com pessoas transmasculinas, automaticamente remeteram ao processo transexualizador[37], termo esse que além de obsoleto é bastante patologizante e coloca as pessoas trans fossem criadas de uma produção em massa de uma forma padronizada tal qual Charles Chaplin em sua obra cinematográfica *Tempos Modernos (1936)* na clássica cena apertando parafuso. O termo ignora totalmente as individualidades de pluralidades dos corpos trans. Houveram diversos relatos e apontamentos onde essa comunidade estabelece uma rede de autocuidado e preservação, onde um passa para o outro como está fazendo a hormonização, os meios de romper e burlar as barreiras transfóbicas da burocracia do Estado e para poder saber quais são os profissionais de saúde que são aliados. Outro ponto bastante reforçado sobre a questão do processo transexualizador é que os hormônios masculinos não são distribuídos pelo SUS e tiveram um aumento absurdo, onde a marca mais utilizada por ser acessível aumentou em 380% devido a uma liminar, de setembro de 2022 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF-1.

Ao observar os dados coletados através do nosso formulário, percebemos que os homens trans vão menos ao médico comparados às trans

[36] Termo utilizado na contemporaneidade para ilustrar como as vidas periféricas (LGBTI+, negros, periféricos, etc) são apagadas socialmente, não são representadas e que podem levar a essas pessoas a tirarem a própria vida. O termo retira a responsabilidade do indivíduo e aponta a negligência do sistema, que foi o real motivo para o suicídio.

[37] O termo processo transexualizador, garante o atendimento integral à população trans. Realizado pelo SUS, o processo transexualizador abrange o uso do nome social, hormonização, cirurgias de readequação de gênero.

femininas. Enquanto 49% das mulheres trans/travestis vão ao médico mais de duas vezes ao ano, 40% dos homens trans raramente vão.

Gráfico 14: Frequência ao ano de idas ao médico

Um dado importante, são os motivos pelos quais a população trans não acessa o serviço das clínicas da família das suas comunidades: 28% dos homens trans disseram que o posto médico em suas comunidades não distribuem os medicamentos que precisam, fazendo com que se desloquem para outras unidades para acessar ou quando não os próprios usuários compram suas medicações.

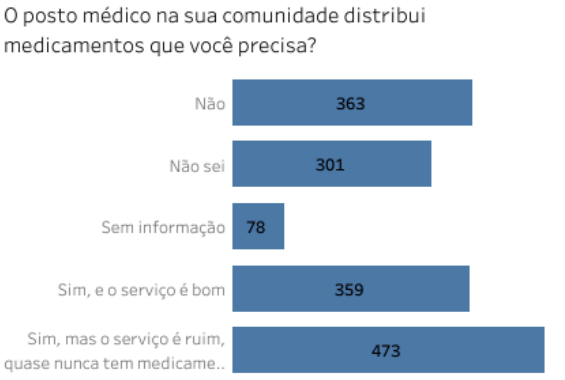

Gráfico 15: Distribuição de medicamentos nos postos médicos

Outro dado que trouxemos é que aproximadamente 6,5% dos homens trans preferem se consultar em outros lugares, 10% das mulheres trans e travestis também têm essa preferência por se consultarem em outros lugares.

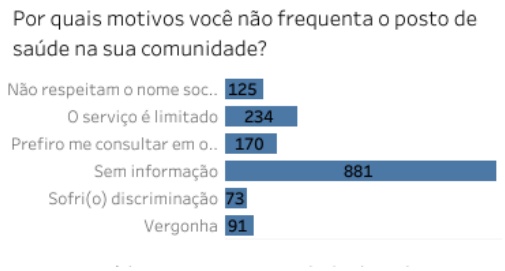

Gráfico 16: Por quais motivos não frequenta o posto de saúde?

Analisando esses dados através de relatos dos grupos focais e até mesmo em idas ao campo para realização de aplicação dos formulários, percebemos que por conta da transfobia institucional, ou seja, não apenas pela transfobia direta pela parte dos profissionais, mas também do Estado com a precarização do serviço para população trans, essa população acaba acessando outro serviço. Outro dado qualitativo que percebemos é sobre os projetos dentro de outras instituições que são majoritariamente voltados para a população transfeminina que não abarca a população transmasculina, como por exemplo os estudos de PrEP[38] que são oferecidos pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) através do Instituto Nacional de Infectologia (INI/FIOCRUZ), na cidade do Rio de Janeiro, onde as mulheres trans/travestis conseguem fazer um acompanhamento multiprofissional e humanizado com: endocrinologista, psicólogo, infectologistas, urologistas, assistente social e etc. o que proporciona a elas o acesso ao Sistema Único de Saúde, e traz essa diferença de 4% nos dados da preferência por se consultar em outros lugares. Outra questão que mostra que a população LGBTI+ em geral não utiliza os serviços dos postos de saúde em suas comunidades é pela precarização dos postos de saúde dentro dos territórios de favela.

Os transmasculines da cidade do Rio de Janeiro possuem uma rede através do WhatsApp no grupo “Saúde Trans Usuáries” organizado por médicos da atenção primária[39] da região central da cidade do Rio de Janeiro,

[38] PrEP: Profilaxia Pré Exposição, é uma das maneiras de prevenção ao vírus HIV, é um comprimido que se tomado todos os dias deixa o organismo do usuário preparado para um possível contato com o vírus HIV.

[39] “A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a

juntamente com ativistas transmasculines que fazem o atendimento da população trans/travesti em unidades básicas de saúde, na região central da cidade do Rio de Janeiro. O atendimento é limitado, e a consulta de retorno demora as vezes ao ponto de quase extrapolar o tempo limite de avaliação dos exames de sangue e, na cidade possuímos apenas um ambulatório trans que está superlotado no Instituto Estadual de Endocrinologia (IEDE).

Tratando-se de consulta ginecológica temos outra barreira dentro do SUS que é o Sistema Nacional de Regulação (SISREG[40]), que deveria ser 'CISreg', pois o 'Cistema' impede transmasculinos com seus nome e gênero retificados de serem encaminhados à ginecologia, pois o sistema entende que apenas mulheres possuem vagina e útero e o caminho inversos para mulheres trans e travestis, essas são impedidas de serem encaminhadas ao urologista pois entende-se que apenas homens possuem pênis. Através do grupo de WhatsApp citado acima, houve uma mobilização em uma unidade de atenção básica localizada na Zona Norte do Rio de Janeiro que conseguiu esse atendimento para o público transmasculino, porém também em dia e horário limitados pois é um trabalho individual de um profissional que atua em parceria com o ativismo trans. Em nosso último grupo focal, houve um relato de uma pessoa transmasculina, negra, que nunca fez um papanicolau.

> *T.: Eu nunca fiz preventivo. Nunca eu tenho pavor! Então eu fui uma vez ao ginecologista porque eu to com algum problema no meu útero. Sei lá, tipo quando eu transo sinto mó 'dorzona' aqui (apontando pra parte lateral da região do útero) e minha menstruação é muito bizarra. Tipo, eu passo muito mal várias coisas. Daí eu tinha que fazer*

redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades.
Trata-se da principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos." (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

[40] Sistema disponibilizado para as secretarias de saúde regularem o acesso aos procedimentos ambulatoriais e hospitalares, em seu âmbito de gestão (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020)

um exame, tinha que botar um gel no corpo um negócio assim, daí sei lá, ai não deu nada só que eles não fizeram exame completo porque eu ainda tinha hímen, não fizeram exame direito que tinha que fazer aí eu não descobri nada, mas tipo assim tem alguma coisa errada acontecendo."

Houve também relato de transfobia por parte da agente comunitária de saúde. A pessoa em questão, um homem trans, teve como interlocutor um dos pesquisadores que na época era agente vinculador de saúde de um projeto da prefeitura do Rio de Janeiro para pessoas trans/travestis.

B.: "Eu fui recentemente no mesmo posto que me indicaram você, aqui mesmo na Vila do João. Era muita transfobia lá no começo, quando me indicaram você nessa época mesmo eu continuei indo para fazer os exames lá (antes) eu pagava. Não! E eu fui lá agora recente e mudou vários agente, minha agente que era da época era muito transfóbica comigo e ela foi agora quando eu fui de novo, quando eu cheguei lá meu nome tava meu nome morto e as meninas (do projeto para população trans e travesti) começaram a "derrubar" a clínica toda, parou de atender a clínica inteira para falar: "aquele garoto ali chama ele aqui" aí me trouxe e me trancaram numa sala, aí eu falei: fudeu o quê que vai acontecer?" me trancaram na sala e falaram: "ou! Você não é obrigado a vir aqui e ficar vendo seu nome morto no computador, garoto! Pede pra ela atualizar agora, a gente tá resolvendo isso aqui agora você não é nem pra ser atendido enquanto não mudarem seu nome. ai eu falei: "Que isso?! Que tratamento é esse?!" Das outras vezes que eu vim sempre uma transfobia do caralho, tinha que ficar pedindo o mínimo! "Ele". Aí começaram a ter outro tipo de tratamento, mudaram a agente, mudaram tudo, aí falaram que iam "barulhar" tudo, que iam conseguir os exames pra mim e tudo. Eu falei: "ó, eu pagava antes para o endócrino, lá de São Paulo, eu pagava consulta e nessa consulta ela

me dava o encaminhamento, eu tinha que pegar esse encaminhamento levar no posto pra me prescreverem a mesma receita."

Esse método apontado por B. foi ensinado por E. amigo e vizinho onde ambos residem no complexo da Maré.

São muitas camadas a serem discutidas dentro do tema e, ele se inicia no acesso dessa população temos a clareza de que o processo de violação desses direitos já traz em si a primeira violência que é a barreira invisível do Estado dentro das instituições de saúde uma das diversas protoformas da violência do Estado à população trans.

> Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)[41]

[41] TÍTULO VIII. Da Ordem Social. CAPÍTULO II. Da Seguridade Social. Seção II. Da Saúde. Ver: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=196>.

10. CONCLUSÃO

A partir das narrativas apresentadas neste documento, obtivemos uma compreensão significativa sobre diferentes processos de violação individuais e coletivos que envolvem a população LGBTI+ nas favelas do Rio de Janeiro. O paradigma diagnosticado é influenciado por estruturas de poder que perduram e operam a manutenção das disparidades socioeconômicas, territoriais, educacionais, de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, no acesso aos serviços de saúde, no fomento e acesso à cultura, etc. Assim, tornando explícito que processos históricos de marginalização das pessoas racializadas como não-brancas e das identidades e expressões de gênero e sexualidade que escapam à cisheteronorma alinham-se e expressam seus efeitos também na esfera pública da vida.

Ainda que haja, hoje, historicizados os esforços de movimentos sociais antirracismo e antiLGBTIfobia organizados, é importante manter em mente que uma transformação completa do panorama social não significa algo diferente de uma transformação completa dos modos vigentes de organização econômica e social do mundo. Aqui, evidentemente, nos atemos a singularidades do estado do Rio de Janeiro, que por certo não dão vista às particularidades de outros tantos estados e regiões do Brasil no que diz respeito à garantia dos direitos de pessoas LGBTI+ por parte do estado. No entanto, acreditamos com entusiasmo e seriedade que os resultados do trabalho desenvolvido pelo Observatório de Violências LGBTI+ ao longo dos anos de 2022 e 2023 posicionam-se frente a uma lacuna fundamental que gestores e governantes não têm se ocupado em preencher: a ausência de dados que tragam à evidência alguns dos múltiplos processos de violação aos quais a população LGBTI+ de favelas tem sido submetida.

11. RECOMENDAÇÕES

Ainda que nos encontremos em um cenário político menos hostil em relação ao último quadriênio, as recomendações oriundas deste documento não apresentam mudanças substanciais em relação às recomendações sugeridas às esferas municipal, estadual e federal em 2022. As tensões pelas quais os territórios de favelas estão implicados demandam uma atenção imediata do poder público nas suas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), sobretudo no que diz respeito às identidades LGBTI+ e a urgência em se garantir os mecanismos legais e internacionais que o Brasil assinou e se comprometeu a cumprir. A partir dos dados produzidos e das experiências de pessoas ouvidas pelo Grupo Conexão G, é urgente que o Estado Brasileiro se comprometa a:

Recomendações para o executivo municipal:

1. Recomenda-se que os municípios realizem coleta de dados e informações específicas sobre a qualidade, a proteção e a participação social de pessoas LGBTI+, levando em conta critérios como raça, classe, gênero e território, para, assim, construir políticas públicas mais efetivas;
2. É necessário que municípios reforcem os mecanismos legais para investigação e punição com maior rigor, severidade e celeridade servidoras/es públicas/os municipais que cometem abusos de autoridade, visando coibir esse tipo de prática;
3. Capacitação dos profissionais de saúde sobre as questões LGBTI+, com a finalidade de evitar LGBTI+fobia, constrangimentos e demais violências institucionais, além de promover a educação para a sociedade, entendendo que profissionais de saúde são agentes multiplicadores;
4. Criar campanhas de saúde para a população transmasculina e pensar estratégias de prevenção aos cânceres de colo de útero e mama específicas;

5. Reformular as campanhas do Outubro Rosa e Novembro Azul de maneira que contemplem e atendam também às especificidades das populações trans e travestis;
6. Implementar a política de ações afirmativas específicas para pessoas trans na contratação de profissionais de saúde;
7. Criar materiais de caráter informativo sobre as políticas de atenção integral específicas das populações de homens trans e transmasculinos e mulheres trans e travestis;
8. Implementar rodas de acolhimento para a população transmasculina dentro das unidades de saúde, pensando o cuidado com a saúde mental dessa população e a criação de redes de fortalecimento entre pares.

Recomendações para o executivo estadual:

1. Recomendamos o fortalecimento de órgãos de denúncia, fiscalização e monitoramento de situações de violência e discriminação no ambiente escolar e de garantia do nome social e gênero auto-atribuído conforme Resolução n° 12, de 16 de janeiro de 2015 (CNDC-LGBT), Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018 (CNE-CP) e Decreto Estadual RJ Nº 43.065 de 08/07/2011 e equivalentes em níveis municipais;
2. Recomenda-se que tornem-se basilares os processos de preparação e treinamento em Direitos Humanos, priorizando aspectos sociais de raça, gênero e sexualidade, com o objetivo de mitigar erros, abusos e arbitrariedades cometidas por agentes policiais dos diversos órgãos da polícia do estado, a exemplo dos profissionais que trabalham para a Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (DECRADI) do Rio de Janeiro;
3. Recomenda-se que a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro amplie a utilização de câmeras nos uniformes de agentes de segurança e monitore a funcionalidade das mesmas em todos os agentes a

partir de um acompanhamento em tempo real, em especial agentes envolvidos nas operações policiais no estado.

4. Recomenda-se a criação de instrumentos de denúncia a crimes policiais que sejam completamente desvencilhados e independentes dos órgãos policiais, tendo em vista que esses têm alimentado ciclos de omissão, autoproteção e corporativismo institucional;
5. Recomenda-se ao Estado a consideração das identidades travestigêneres nas prioridades de execução de políticas habitacionais, como forma de transformar a realidade de condições de vida desta população;
6. Corrigir a falha do Sistema Nacional de Regulação (SISREG), para que homens trans e transmasculinos acessem serviços ginecológicos e mulheres trans e travestis acessem serviços andrológicos ou proctológicos;
7. Implementar a política de ações afirmativas específicas para pessoas trans na contratação de profissionais de saúde;

Recomendações para o executivo federal:

1. É necessário fomentar ações afirmativas para população trans no acesso a programas de transferência de renda e auxílio emergencial financeiro em função da discriminacao e exclusão sofridas em atividades laborais;
2. A União deve abolir a militarização da polícia como ferramenta de política de segurança pública, construindo uma polícia civil e cidadã mais fortalecida e comprometida com a aplicação da Constituição e da proteção à vida;
3. Recomenda-se que o Estado adote medidas de monitoramento e de coleta de dados para mapear as violações de direitos sobre a qualidade das habitações e serviços básicos com o objetivo de fomentar e fortalecer as políticas públicas para a população LGBTI+, levando em consideração raça, classe, gênero e território

4. Recomenda-se fomentar formação contínua de agentes da saúde em todo o território nacional, fortalecendo uma perspectiva interseccional que leve em conta as especificidades dos territórios de favela.
5. Recomenda-se fomentar a busca ativa da população LGBTI+ em favelas e o acesso aos serviços de saúde.
6. Incluir a testosterona na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename[42]), fazendo com que seja distribuído de forma gratuita às pessoas transmasculinas na rede pública de saúde;
7. Extinguir o termo "processo transexualizador" para denominar o processo de adequação de gênero dentro do sistema de saúde e, consultar a comunidade trans para discutir uma nova terminologia;
8. Implementar a política de ações afirmativas específicas para pessoas trans na contratação de profissionais de saúde;

Recomendações para mecanismos internacionais de defesa de Direitos Humanos:

1. Melhorar o acesso a sistemas seguros de denúncias de violência policial e brutalidade. Garantir que os mecanismos de denúncia permitam a inclusão de perspectivas que considerem gênero, sexualidade e identidade racial;

2. Proibir a presença e a ação da polícia durante o horário escolar e promover esforços para construir espaços de cultura, arte, lazer e educação nas favelas com vistas ao fortalecimento da educação por meio da diversidade e redução das desigualdades sociais baseadas nos princípios de raça, gênero e sexualidade;

3. As pessoas LGBTI+ negras que enfrentam a brutalidade policial devem ter acesso à justiça e reparação, bem como o acesso ao tratamento psicológico;

[42] A Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) é um importante instrumento orientador do uso de medicamentos e insumos no SUS. A Rename 2022 apresenta os medicamentos oferecidos em todos os níveis de atenção e nas linhas de cuidado do SUS, proporcionando transparência nas informações sobre o acesso aos medicamentos da rede. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022)

4. Garantir e implementar políticas de educação inclusiva, coerentes com os parâmetros do Plano Nacional de Educação 2014-2024, tendo como princípio ético a promoção da diversidade sexual e de gênero para os negros e considerando as assimemetrias históricas que recaem sobre os territórios das favelas;

5. Deve-se abolir a militarização da polícia como ferramenta de política de segurança pública, construindo uma polícia civil e cidadã mais forte e comprometida com a aplicação da Constituição e a proteção da vida;

6. Ações afirmativas devem ser criadas para o acesso da população LGBTI+ negra e parda às políticas habitacionais.

12. RELATOS DOS PESQUISADORES COMUNITÁRIOS

Os registros a seguir são descrições elaboradas a partir da experiência dos pesquisadores comunitários e aplicadores do formulário do Observatório de Violências LGBTI+ em Favelas ao longo de 2023.

Pesquisadora: Agatha Christie

"Me chamo Ágatha Christie Oliveira, travesti preta e moradora da Maré. Possuo formação técnica em Enfermagem e busco conexões que me incentivam a troca entre pares para atuar como multiplicadora de direitos humanos. Em 2022 conheci o grupo Conexão G e pude participar do Programa de Proteção à Vida e Autocuidado. A partir daí eu entendi esse lugar como uma alternativa para manter uma rede de fortalecimento e apoio. Participar do Observatório tem sido uma experiência incrível e única. Me sinto muito conectada com a equipe, construímos uma relação muito família. De amor, afeto, carinho, cuidado, proteção e tudo isso em um ambiente onde consigo me sentir sempre segura e distante das pressões causadas por ambientes cisheteronormativos.

Venho percebendo que vai muito além da aplicação de um formulário mais como uma experiência terapêutica. Aqui vez ou outra nos deparamos com situações muito delicadas e em alguns casos, situações que já vivemos antes. Durante todos os períodos percebi que é muito comum ouvirmos relatos onde existe a presença de violência, em alguns casos, até mais de um tipo e infelizmente, de todas as vezes a maioria são travestis pretas. Nesse momento eu gosto de aproveitar a brecha de a pessoa ter confiado em dividir algo tão íntimo e através de experiências que eu já vivi, fazer uma costura, mostrando que antes eu também não entendia que se tratava de uma violência. Vejo isso como uma oportunidade de trabalhar a educação entre pares na nossa linguagem, tornando a compreensão acessível. Eu penso nisso como uma forma de combate às violências e ao mesmo tempo oferecemos essa consciência coletiva.

Dos relatos, abuso e importunação sexual na infância são sempre os que me tocam mais. Dois relatos são pra mim, até hoje, os mais bárbaros. Entrevistei o marido de uma amiga travesti, um homem trans preto. E ele me relatou sobre a mudança de bairro que teve que fazer com 19 anos porque as tentativas de estupro corretivo por parte de criminosos era sempre frequente. Depois de conseguir se mudar para a Cidade de Deus, no primeiro baile que ele foi aconteceu o que ele tanto temia e tentou evitar. Segundo ele foram 3 dias preso, em péssimas condições e refém da tortura e do estupro corretivo. Nessa hora eu tava toda tensa porque só ficava imaginando a cena, pior ainda por saber que ele não ia poder denunciar. Só aceitar aquilo.

Pesquisadora: Aurora Enibê

"Sou Aurora Enibê, tenho 23 anos, sou uma travesty, artista, educadora, produtora, diretora, pesquisadora, dançarina, coreógrafa, atriz. Curso Bacharelado em Teoria da Dança na UFRJ, pertenço a cultura Ballroom desde 2019, onde caminho, performo e produzo em volta dos estudos e linguagens que a ballroom traz enquanto movimento artístico-sócio-político-cultural liderado por pessoas trans e travestys. Participo do Observatório de Violências LGBTI+ como pesquisadora, aplicando um formulário de levantamento sobre as violências contra pessoas LGBTI+ no Rio de Janeiro, voltado principalmente para moradoras das comunidades cariocas.

Como ainda tenho pouco tempo de pesquisa, não houve muitas tensões ou acontecimentos que me engatilhou ou que tenha me deixado desconfortável, mas uma das principais situações que aconteceu, que até coloquei no relatório de 27/10 sobre uma mulher trans que me instigou, pois mesmo eu explicando, falando como pode ocorrer e tudo mais, ela sempre negava qualquer tipo de violência, transfobia, assédio... dizia que nunca tinha passado por nenhum constrangimento. E fico pensando comigo que não tem como ela não ter sofrido nenhuma violência pela sociedade que vivemos e acredito que ou ela não está ciente das violências que ela tenha passado ou

deve ser uma autodefesa dela para não acessar novamente essas violências. Mas a mesma também, quando perguntei sobre sua sexualidade, ela respondeu “passiva”, o que me faz refletir que as gerações são muito distintas e as informações e pautas que foram sendo cada vez mais abordadas dentro da nossa comunidade, as nossas “mais velhas” não tiveram acesso, que faz com que muitas reproduzam ações e atitudes que não vão com os ideais da “nova geração”, por isso a importância das formações, cursos e letramentos voltados para as nosses mais velhes.”

Pesquisador: Lör de Paula

“Olá, me chamo Lör de Paula, sou transmasculino-não-binárie e pansexual. Tenho 42 anos, sou pessoa parda e graduado em Desenho Industrial com bacharelado em Programação Visual. Multi Instrumentista, cantor e produtor musical Lo-fi, Músico básico pela Escola Villa Lobos e Básico em Trompete pela Escola Portátil de Chorinho. Fui Integrante do movimento social "Ocupa Sapatão", contribuo com a Frente LGBTI+ do Rio, Forum TT e participo dos projetos esportivos como atleta, na capoeira LGBTI+ do Grupo Angola Ngoma e do time de futebol Transunited.

Estou atuando como pesquisador e cartógrafo no Observatório de Violências LGBTI de Favelas da Conexão G, onde conheci por meio do amigo Yuri Cantizano, que inicialmente me entrevistou e me convidou para um grupo focal de homens trans. Esse ocorrido tem por volta de 1 mês e meio e só agora que estou escrevendo este relato, me dei conta de tão pouco tempo atuando e quanto em qualidade, conhecimento e sabedoria de vida ganhei.

Quando participei do grupo focal e estava ali, juntamente com os outros, conversando com todes, senti o quanto aquilo era potente e prontamente, já me sentindo apaixonado pelo local, imaginei como deveria ser trabalhar ali e trabalhar acolhendo e ajudando tantas pessoas como eu. Só um pensamento... Que se materializou! Sou do Complexo do PPG, Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, mais precisamente no Morro do Cantagalo (Ipanema/Copacabana),

que tem especificidades bem diferentes das comunidades da Maré e de outras na cidade.

Meu primeiro momento de busca para pesquisa com a comunidade LGBTI+ do Cantagalo, foi bastante desafiador. Uma candidata, mulher trans, que por coincidência eu conhecia e batia papo com seu companheiro, mora em frente ao movimento (boca), que fica bem colado na minha casa também. Toda a movimentação ali é monitorada e acompanhada de perto e eu tive que ter jogo de cintura para não levantar suspeitas, nem de que eu era pesquisador de qualquer assunto ou que fazia isso, justamente para uma instituição que se encontra na Maré, região que em certa medida, possui rivalidade com a comunidade daqui. O segundo caso também foi meio impactante. Um menino trans chileno, que veio morar aqui acolhido por um outro migrante, que era da Colômbia. Após a vinda deste rapaz, em menos de uma semana morando aqui, ele e outros migrantes foram expulsos por xenofobia deste mesmo colombiano, sem maiores explicações. Quando isso aconteceu, no dia em si, eu fui solicitado por este colega para acolhê-lo em minha casa, porém em seguida já rolou um impedimento, parece que ordens expressas diziam que todos estes migrantes não deveriam estar em nenhum lugar do complexo do PPG. Eu fiquei apavorado, porque se o rapaz tivesse vindo dormir na minha casa, eu poderia ter perdido também minha moradia, pois não sei o que aconteceu, mas parecia ordem do dono do morro.

Aprendi muito com os relatos das pessoas entrevistadas, a olhar para minhas próprias dificuldades e vulnerabilidades. Pessoas espancadas e machucadas, sem desistir, ali na minha frente, respondendo cada pergunta dura, pois violência é duro de qualquer forma, até sendo vista em filmes.

Me percebi alguém que pode ser mais forte, que pode também ser mais fraco e pedir socorro, alguém que entendeu que desistir não é uma opção. Sempre acreditei nesta máxima, mas para aplicá-la na vida não basta conhecê-la, precisa vivê-la.... E infelizmente, só com dores e sofrimentos e perdas, pude chegar a este entendimento.

Me sinto muito feliz e lisonjeado em participar deste projeto, onde aprendi que sou um cartógrafo e amei. Cada olhar de gratidão, cada olhar de

amor e felicidade que vi, me tornaram mais fortes. Os feedbacks dos rapazes que entrevistei e convidei para o grupo focal, foram ótimos. Eles adoraram as perguntas do formulário, amaram o grupo focal e se sentiram muito mais fortes também. Juntos estamos pensando em muitos projetos, para fomentar as nossas vidas, com essa alegria e felicidade que descobrimos ser capazes de tirar, de dentro de nós mesmos. Aqui na minha comunidade estou buscando, com outros colegas LGBTs, desenvolver projetos no Museus de Favelas daqui, que tem as portas abertas para nossos projetos. Muito a desenvolver...”

Pesquisadora: **Ruany Jenner**

“Eu sou Ruany Jenner, mulher preta, trans e de favela. Iniciei minhas experiências como pesquisadora em um projeto de saneamento básico aqui na Maré, chamado Cocôzap feito pela instituição Data_labe que é voltada para a coleta de dados onde esses dados mostram que os direitos dos moradores de favela estão sendo violados. Fazíamos a divulgação do projeto pelas ruas das comunidades, oferecendo um número para que as pessoas fizessem reclamação sobre a falta de saneamento na sua rua ou favela, mandando foto ou vídeo para o "whatsapp" do projeto.Também fiz parte de um outro projeto voltado só para mulheres trans com intuito de aprender maquiagem profissional e artística chamado "Transformar" para inicio ao seu próprio negócio, devido a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho formal.

Logo que fiquei sabendo do projeto de pesquisa do Conexão G, o Observatório de violências LGBTI+ em favelas fiquei muito interessada em fazer parte, pois é um projeto que contempla a mim e aos meus. Fiquei muito feliz e entusiasmada por ter sido selecionada para fazer parte da equipe, tivemos algumas reuniões até que se iniciasse o processo das aplicações, mas um pouco antes de iniciarmos eu acabei sofrendo uma violência na rua, tiver meu maxilar e mandíbula quebrada, precisei ficar internada no hospital Souza Aguiar até que tivesse uma vaga para eu poder fazer a cirurgia do mesmo. Tive um grande apoio da instituição e de toda a equipe do Conexão G. Como

precisei ficar de repouso, meus amigos fizeram um mutirão online para que todos que respondessem também compartilhassem a pesquisa para outros amigos. E minha experiência como pesquisadora do Observatório de violências e no Conexão G, cada vez enriquece mais com a troca que tenho com outras meninas. Uma disse que declara abertamente sobre ser soropositivo, no início da descoberta foi meio difícil, mas passou por uns momentos de decisões e resolveu se cuidar e viver bem, mesmo sabendo dos preconceitos que enfrentaria.

A segunda entrevistada falou sobra a falta de apoio familiar, que sua mãe acabou a expulsando de casa e teve que se virar para morar sozinha, disse também que chegou procurar a tia, pedindo algum tipo de ajuda ou apoio e também foi negada, chegou até a ficar alguns dias com fome e assim aprendeu e se reinventar. Com esses relatos eu vejo e chego a pensar, como muitas pautas ainda nos assolam estão relacionadas as nossas histórias, como a sorofobia, a falta do acolhimento familiar e também a insegurança alimentar. Mas contudo sou muito grata pelo acolhimento e a oportunidade que a Gilmara Cunha e o Conexão G tem dado a mim e aos meus iguais, faz voltar a ter esperança e sonhar que ainda podemos ser nós mesmos e em busca de nossos sonhos objetivos."

Pesquisadora: Sabrina Teixeira

"Meu nome é Sabrina Teixeira, estudante de enfermagem, mãe solo, pesquisadora comunitária do Observatório de Violências LGBTI+ do Conexão G. Em quase dois meses de pesquisas e contatos me senti perdida, entrei achando que seria fácil, por ter vivido ou ter presenciado situações com meus amigos que são LGBTI+. Quando estamos em contato direto, conversando e aplicando formulário conhecendo a fundo algumas pessoas e suas histórias e que algumas delas se sentem confortáveis em partilhar suas dores e seus

traumas e às vezes essas pessoas precisam mais de nós do que nós dos dados. Alguém pra escutar faz a diferença e algumas das vezes orientar.

Um relato que me impactou muito foi de um jovem gay, 25 anos, profissional do sexo, soropositivo, que “entre ele e um cachorro, o cachorro tem mais direitos e amor que ele.” Eu não sei nem como expressar a sensação que eu senti.

Escutei de uma menina lésbica, que a mãe levava ela contra a vontade dela pra ter relações com alguns caras pra ela ver o que era “o bom da vida” e que eu estava fazendo não mudaria nada que ela não ficaria nem mais rica e nem mais pobre mas que eu podia pagar a hora dela. Foi muito difícil pra mim, mais do que eu achei que seria, mas no meio disso tudo escutar as superações, ver que você ter escutado e orientado mudou algo pra alguém é o que vale a pena. Às vezes a gente tem que dar nosso jeitinho brasileiro falar dando voltas, ou claro e objetivo para que todes entendam as violações que sofreram, para que eles entendam os seus direitos. Não é fácil mas aos poucos conseguimos.”

Pesquisadora: Wanessa de Souza

“Wanessa de Souza, graduada e federada em muay thai, sétimo khan, moradora da Cidade de Deus. Minha atuação no Conexão G se iniciou em 2023 como pesquisadora comunitária, aplicando o formulário do Observatório de Violências LGBTI+ em favelas. Minhas experiências como pesquisadora ao longo desses meses foram muito importantes para que eu pudesse abrir minha mente e expressar um pouco da minha vivência como pesquisadora. Tive algumas trocas de experiência nas aplicações que fiz e algumas me impactaram. O primeiro relato foi na aplicação que fizemos na Fiocruz. Uma menina contou um pouco da história dela. Após perder um filho biológico, ela se posicionou e saiu de casa para morar sozinha, pois morava com os pais e tinha muitas cobranças pela sua identidade de gênero e assim começou sua

transição com ajuda de amigos. Eles a incentivaram a procurar a Fiocruz para iniciar o acompanhamento hormonal.

O segundo relato foi quando fomos ao centro de cidadania LGBT de Caxias, através do projeto da Escola de Formação Crítica Marjorie Marchi. Chegando lá nos apresentamos como pesquisadores do Observatório, falamos nosso nome, idade, onde morávamos. Reparei que algumas meninas tiveram resistência em algumas questões, em perguntas relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis e também pelo questionário ser muito longo. Outro relato que me chamou a atenção foi na aplicação da ação social que tivemos na Maré. Apliquei um formulário em uma mulher trans que se dizia ser lésbica pois tinha um filho biológico e atualmente é casada com um homem hetero pois ela foi a primeira trans que ele tinha se relacionado e, foi com ela que se casou, assumindo seu filho no cartório de papel passado. Tivemos também aulas de pesquisa cartográfica com Luísa e Adalberto que nos ajudaram a acrescentar detalhes nas nossas pesquisas qualitativas, a ter mais conteúdo nas nossas aplicações.

Queria agradecer também aos nossos coordenadores Tamires e Yuri por nos orientar nessa jornada, aos nossos patrocinadores por ter nos dado essa oportunidade, agregando muito para nossa experiência pessoal e profissional, agradecer ao Conexão G, a Gilmara Cunha pelo acolhimento e oportunidade.”

13. REFERÊNCIAS

MINISTÉRIO DA SAÚDE. “O que é Atenção Primária?”, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/o-que-e-atencao-primaria>. Acesso em 01/12/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório Nacional de Remédios Essenciais, 2022. Disponível em: <https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RENAME-2022.pdf>. Acesso em 30/11/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do ministro, Portaria nº 2803, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em 30/11/2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sus>. Acesso em 30/11/2023.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. ‘Suicidado’: termo reflete a realidade da população trans no Brasil, destaca IG Queer, 2022. Disponível em: <https://agenciaaids.com.br/noticia/suicidado-termo-reflete-a-realidade-da-populacao-trans-no-brasil-destaca-ig-queer>. Acesso em 14/11/2023.

BENEVIDES, Bruna. Precisamos falar sobre o Suicídio das pessoas Trans! Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 2018 Disponível em: <https://antrabrasil.org/2018/06/29/precisamos-falar-sobre-o-suicidio-das-pessoas-trans> Acesso em 14/11/2023.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasília, DF, 5 de out.1988. Título VIII Da Ordem Social; Capítulo II, Da Seguridade Social; Seção II, Da Saúde; art. 196. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=196>. Acesso em 14/11/2023

BRASIL. Lei Nº 9.029, DE 13 DE ABRIL DE 1995. Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Brasília, Casa Civil, 1995.

CARDOSO, A. L. O Programa Favela-Bairro: Uma Avaliação (2002). 37-50. Política Habitacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro.

IDMJ Racial. (2023). Lançamento Dossiê Orçamentário: De olho na Alerj. DMJ Racial. Disponível em:

<https://dmjracial.com/2023/10/26/lancamento-dossie-orcamentario-de-olho-na-alerj-2/>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DA FAMÍLIA. Aumento no preço de remédio para terapia hormonal faz homens trans interromperem tratamento, 2023. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/10445/Aumento+no+pre%C3%A7o+de+rem%C3%A9dio+para+terapia+hormonal+faz+homens+trans+interromperem+tratamento#:~:text=Em%20setembro%20de%202022%2C%20uma,homens%20trans%20para%20terapia%20hormonal>. Acesso em 14/11/2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010: Universo: Aglomerados Subnormais. (2010). Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/23/25359>. Acesso em 29/10/2023

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, Comunicados do Ipea. (2011). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_habitacao_saneamento.html.> Acesso em 28/10/2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. In: O Corpo Educado (org. Guacira Lopes Louro). 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 7-34, 2000.

MAGALHÃES, J.C.R. Histórico das Favelas na Cidade do Rio de Janeiro: Desafios do Desenvolvimento, Brasília, v.07 n°63, novembro, 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1111:catid=28&Itemid=23>. Acessado em: 01/11/2023

MARQUES, A. D., Coêlho, A. F. F. M., Santos, J. S., Albuquerque, L. S. S. Ferreira, K. C. B., Candeia, R. M. S., Silva, L. G. S., & Mota,. L.A. Os Elos de Invisíveis Entre Desigualdade Estrutural e Arboviroses no Brasil: Um Debate à Luz dos Princípios de Promoção de Saúde. (2021). v. 11, 50391-50397. International Journal of Development Research, 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, 2013. Brasília, DF. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf
Deposteron aumenta quase 380% graças a liminar - 30/09/2022 - Equilíbrio e Saúde - Folha (uol.com.br)>.

MORI, Julia Jacob. Um olhar Sobre o Espaço e sua Representação na Obra “O Cortiço” de Aluísio Azevedo. (2019). 36. Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Patricia. Remoções no Rio de Janeiro do Século XIX e o Processo de Segregação Socioespacial. (2019). 2279-2298. Simpósio Nacional de Geografia Urbana- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Teatro da Ufes e CCHN, 2019.

TOMAZ, M. de F., & Barbosa, M. C. (2021). Periferia da Periferia: migrantes nordestinos na Favela da Maré em três atos. Revista Alterjor, 23(1), 208-229. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v23i1p208-229>.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. Favela-bairro. 2016. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/cendoctec.htm>. Acesso em 05/11/2023

XIMENES, L. A., Cardoso, A. L. & Luft, R. M. Política de Urbanização de Favelas no Rio de Janeiro: Dimensões Institucionais e Normativas. (2023). 994-1015, v. 25. Política de Urbanização nas Favelas. Rio de Janeiro, 2023.

Conexão G

Grupo LGBT nas favelas

PARCERIA

APOIO

CFLI/FCIL
Fundo Canadá para Iniciativas Locais

Raça & Igualdade

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil